



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ
CNPJ 01.612.578/0001-61



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO: FLORESTA DO PIAUÍ-PI

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO REFERÊNCIA, ANO 2025



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ
CNPJ 01.612.578/0001-61



PREFEITO

Claudionor Urbano de Oliveira

VICE-PREFEITO

Rufino Torres Neto

CONTROLADORIA:

Antonio Jose da Silva Neto

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Francisco Araujo Sousa

SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

João Pedro Andrade de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Albertina Araujo Santana

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Joelson da Costa Torres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Carlos Rafael de Moura e Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

Amilton Rodrigues de Sousa



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ
CNPJ 01.612.578/0001-61



SUMARIO

Apresentação.....	004
Mensagem do Prefeito.....	005
Informação do Município.....	005
Secretaria Municipal de Administração.....	006/016
Secretaria Municipal de Finanças	006/016
Secretario Municipal de Obras.....	017
Secretaria Municipal de Educação.....	018/034
Secretaria Municipal de Assistencia Social.....	035/042
Secretaria Municipal de Saude	043/084



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ
CNPJ 01.612.578/0001-61



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às exigências legais, juntamos a Prestação de Contas do exercício de 2025, o presente Relatório de Gestão do exercício de 2025, **Regulamentada pela Instrução Normativa TCE-PI nº 01/2022** onde procuramos demonstrar alguns indicadores que contribuirão para a avaliação da gestão deste órgão, sob o ponto de vista da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade na utilização dos recursos públicos. Constam ainda no presente relatório, de forma resumida, todas as informações relacionadas à movimentação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade. Todos os registros contábeis obedeceram rigorosamente a legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00.



MENSAGEM DO PREFEITO

Excelentíssimo senhor Presindente da Câmara de Vereadores(Francisco Ferreira Sobrinho);

Excelentíssimo senhoras Vereadoras;

Excelentíssimo senhoras Vereadores;

Senhoras e senhores cidadãos Florestenses.

É com muita clareza, transparência e respeito que venho apresentar o relatório das atividades do exercício de 2025 realizado em prol do progresso e desenvolvimento da nossa querida e amada cidade de Floresta do Piauí, atendendo sempre de forma respeitosa as exigências impostas pelas Leis que regem a Gestão pública e aos Órgãos fiscalizadores, em especial ao TCE-PI – Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Nesse relatório apresentamos tudo aquilo que nos foi possível de fazermos em prol do município, tendo em vistas as dificuldades financeiras no qual enfrentamos dentro da nossa realidade, mas não se abstendo de lutar e correr atrás de melhorias em todas as áreas que abrange o município e assim se destacando no cenário regional, como já dito em mesmo ao meio da crise global.

Obras foram realizadas por conta de uma articulação com o Governo Federal e Estadual e outras obras com recursos próprio do município.



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ
CNPJ 01.612.578/0001-61



INFORMAÇÕES GERAIS:

O município de Floresta do Piauí pertence ao estado Piauí, FOI CRIADO EM 1997, ele fica localizado na latitude -7.46682 e longitude -41.7883. 194,699 km². Aproximadamente 2.556 habitantes segundo dados do IBGE. Florestense. Atualmente o município é administrado por CLAUDIONOR URBANO DE OLIVEIRA.

Comunica-se com a capital do Estado por rodovia, distando 400 km de Teresina em linha reta.

O município fica vizinho das cidades de Campinas do Piauí, Santo Inácio do Piauí e Santa Cruz do Piauí.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

A secretaria Municipal de Administração junto com a Secretaria Municipal de Finanças tem como finalidade básica o planejamento e o controle administrativo dos recursos de gestão, por enfim executarem o financeiro, diante das regras do Direito Financeiro e Administração Pública.

Diretrizes: Da competência da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Definir diretrizes, promover, coordenar, acompanhar e avaliar planos e projetos relativos à gestão de pessoas em todos os seus processos, a Logística com sustentabilidade, considerando o controle e o acompanhamento do patrimônio e dos gastos públicos e a modernização da gestão da Administração Pública Municipal, de forma a garantir a melhoria contínua e a inovação;
- Formular, promover, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de gestão de pessoas, contemplando o sistema de carreiras, remuneração, recrutamento, seleção, capacitação, reciclagem continuada, direitos e deveres do servidor, histórico funcional dos servidores públicos, evolução quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal e auditoria da Folha de Pagamento do Município, visando à melhoria dos serviços prestados aos cidadãos;
- Promover e coordenar concursos públicos no âmbito da Prefeitura Municipal de Peixe, supervisionando e acompanhando as diversas fases de sua execução;
- Coordenar as atividades dos sistemas municipais de recursos materiais, de patrimônio, de pessoal e de assistência ao servidor;
- Elaborar a política de pessoal, de assistência ao servidor, de recursos materiais e de patrimônio da Prefeitura;

003

1 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

LEI DO PLANO PLURIANUAL 2022/2025 – LEI Nº 159

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024 – LEI Nº 186/2024

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024 – LEI Nº 187/2024

Previsão Orçamentária para o exercício 2025. – R\$ 55.400.000,00

RECEITA ARRECADADA – R\$ 31.656.888,71

DESPESA REALIZADA – R\$ 28.291.899,61

Superavit – R\$ 3.364.989,10

VALORES RECEBIDOS DE EMENDAS DE BANCADA E INDIVIDUAL.

TESOURO NACIONAL
TRANSPARENTE

Tipo de Emenda	2025	Total
Emenda de Bancada	R\$ 365.751,00	R\$ 365.751,00
Emenda Individual	R\$ 1.592.000,00	R\$ 1.592.000,00
Total	R\$ 1.957.751,00	R\$ 1.957.751,00

Nome do Ente	UF	Ano	Mês	Tipo Ente	OB	CNPJ do Favorecido	Nome Favorecido	Tipo de Emenda	Transferência Especial	Categoria Econômica Despesa	Valor
Floresta do Piauí	PI	2025	outubro	Município	25700100001202508050352	11.575.862/0001-69	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda de Bancada	Não	DESPESAS CORRENTES	R\$ 365.751,00
Floresta do Piauí	PI	2025	julho	Município	257001000012025080292736	11.575.862/0001-69	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda Individual	Não	DESPESAS CORRENTES	R\$ 300.000,00
Floresta do Piauí	PI	2025	julho	Município	25700100001202508029808	11.575.862/0001-69	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda Individual	Não	DESPESAS CORRENTES	R\$ 200.000,00
Floresta do Piauí	PI	2025	julho	Município	25700100001202508029811	11.575.862/0001-69	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda Individual	Não	DESPESAS CORRENTES	R\$ 300.000,00
Floresta do Piauí	PI	2025	outubro	Município	17086000001202508006530	16.125.780/0016-61	MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ	Emenda Individual	Sim	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 396.000,00
Floresta do Piauí	PI	2025	outubro	Município	17086000001202508006795	16.125.780/0016-61	MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ	Emenda Individual	Sim	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 396.000,00
Total											R\$ 1.957.751,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 1 de 3

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	50.621.842,86	50.621.842,86	30.864.888,71	-19.756.954,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.014.011,25	3.014.011,25	1.300.076,46	-1.713.934,79
Impostos	2.568.922,25	2.568.922,25	1.300.076,46	-1.268.845,79
Taxas	385.000,00	385.000,00	0,00	-385.000,00
Contribuição de Melhoria	60.089,00	60.089,00	0,00	-60.089,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	174.500,00	174.500,00	44.613,84	-129.886,16
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	174.500,00	174.500,00	44.613,84	-129.886,16
RECEITA PATRIMONIAL	567.702,68	567.702,68	463.793,92	-103.908,76
Valores Mobiliários	567.702,68	567.702,68	463.793,92	-103.908,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.134.573,50	46.134.573,50	29.056.404,49	-17.078.169,01
Transferências da União e de suas Entidades	31.233.569,78	31.233.569,78	22.223.350,55	-9.010.219,23
Transferências do Estado e de suas Entidades	7.222.167,06	7.222.167,06	3.506.657,36	-3.715.509,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.678.836,66	7.678.836,66	3.326.396,58	-4.352.440,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	731.055,43	731.055,43	0,00	-731.055,43
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	375.000,00	375.000,00	0,00	-375.000,00
Demais Receitas Correntes	356.055,43	356.055,43	0,00	-356.055,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.534.657,14	3.534.657,14	792.000,00	-2.742.657,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33.000,00	33.000,00	0,00	-33.000,00
Operações de Crédito	33.000,00	33.000,00	0,00	-33.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.681,54	60.681,54	0,00	-60.681,54
Alienação de Bens Móveis	60.681,54	60.681,54	0,00	-60.681,54
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.440.975,60	3.440.975,60	792.000,00	-2.648.975,60
Transferências da União e suas Entidades	2.954.683,74	2.954.683,74	792.000,00	-2.162.683,74
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	486.291,86	486.291,86	0,00	-486.291,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	54.156.500,00	54.156.500,00	31.656.888,71	-22.499.611,29
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	54.156.500,00	54.156.500,00	31.656.888,71	-22.499.611,29
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	54.156.500,00	54.156.500,00	31.656.888,71	-22.499.611,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	274.403,19	274.403,19	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	274.403,19	274.403,19	0,00
Reservatura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 2 de 3

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	46.119.798,93	48.886.390,94	27.437.371,93	27.437.361,72	27.424.798,44	21.449.019,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.262.776,52	15.466.529,71	9.506.961,31	9.506.961,31	9.506.961,31	5.959.568,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.802,68	2.802,68	0,00	0,00	0,00	2.802,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.854.219,73	33.417.058,55	17.930.410,62	17.930.400,41	17.917.837,13	15.486.647,93
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	9.000.201,07	6.840.267,19	854.527,68	821.979,73	821.979,73	5.985.739,51
INVESTIMENTOS	8.768.285,65	6.616.351,77	739.932,55	707.384,60	707.384,60	5.876.419,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	231.915,42	223.915,42	114.595,13	114.595,13	114.595,13	109.320,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	280.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	55.400.000,00	55.906.658,13	28.291.899,61	28.259.341,45	28.246.778,17	27.614.758,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	55.400.000,00	55.906.658,13	28.291.899,61	28.259.341,45	28.246.778,17	27.614.758,52
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	3.364.989,10	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	55.400.000,00	55.906.658,13	31.656.888,71	28.259.341,45	28.246.778,17	27.614.758,52
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	10,21	0,00	0,00	0,00	10,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10,21	0,00	0,00	0,00	10,21
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	32.547,95	0,00	0,00	0,00	32.547,95
INVESTIMENTOS	0,00	32.547,95	0,00	0,00	0,00	32.547,95
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	32.558,16	0,00	0,00	0,00	32.558,16

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	10,21	0,00	0,00	0,00	10,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10,21	0,00	0,00	0,00	10,21
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	32.547,95	0,00	0,00	0,00	32.547,95
INVESTIMENTOS	0,00	32.547,95	0,00	0,00	0,00	32.547,95
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	32.558,16	0,00	0,00	0,00	32.558,16

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	12.563,28	0,00	0,00	12.563,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	12.563,28	0,00	0,00	12.563,28
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	12.563,28	0,00	0,00	12.563,28

CLAUDIONOR URBANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
74808853349

ANTONIO JOSE DA SILVA NETO
CONTROLADOR INTERNO
61973467373

VINICIUS MIRANDA SANTOS
CONTADOR CRC 00898/O
28.518.568/0001-61

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 3 de 3

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA COM PESSOAL E LIMITES MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS

Atualmente o município consta 118 funcionario efetivos.fazendo assim com o índice de despesa com pessoal se torne muito baixo do LIMITE DE ALERTA QUE DE 48,60% como cita o inciso II do §1º do art. 59 da LRF.

Despesa com Pessoal – 29,10%

Receita Líquida ajustada para fins de calculo – R\$ 30.861.816,84

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2025 A DEZ/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESCISÃO A PAGAR NÃO PROFISSIONAIS (b)
	LÍQUIDAS													
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(D)	559.215,09	644.184,90	660.169,26	692.146,75	684.211,17	421.082,37	716.482,34	722.172,09	723.716,78	795.202,61	828.338,57	1.016.914,71	8.673.836,54	0,00
Pessoal Ativo	559.215,09	644.184,90	660.169,26	692.146,75	684.211,17	421.082,37	716.482,34	722.172,09	723.716,78	795.202,61	828.338,57	1.016.914,71	8.673.836,54	0,00
Vinculações, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	559.215,09	576.201,73	587.663,07	678.278,38	609.604,60	343.771,73	638.387,24	651.082,87	643.388,20	654.266,31	712.206,17	862.011,53	7.716.087,12	0,00
Orgãos Patrimoniais	0,00	67.983,17	72.506,19	73.888,17	74.606,57	77.310,64	78.085,00	81.079,22	80.528,58	80.536,80	116.152,40	154.903,18	957.749,42	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Enquadrada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	3.914,07	3.656,49	3.656,49	3.656,49	3.656,49	3.656,49	3.656,49	11.387,48	4.074,49	4.074,49	3.656,49	54.388,00	103.433,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418,00	418,00	418,00	0,00	0,00	1.672,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Benefícios Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.970,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Portaria (ADCT, art. 38, §2º)	3.914,07	3.656,49	3.656,49	3.656,49	3.656,49	3.656,49	3.656,49	10.949,48	3.656,49	3.656,49	3.656,49	0,00	47.791,96	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (D-I)	555.301,02	640.528,41	656.512,77	688.490,26	680.554,68	417.425,88	712.825,75	720.784,61	719.642,29	791.536,12	824.682,08	962.526,71	8.570.402,58	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													30.861.816,84	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)													800.000,00	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)													365.751,00	
(c) Transferências da União relativas à manutenção dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													245.250,39	
(c) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													29.450.815,45	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + - III b)													8.570.402,58	29,10
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													15.903.440,34	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x D) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													15.108.268,32	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x D) (caso II do §1º do art. 59 da LRF)													14.313.086,31	48,60

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

ANALISE DOS INDICES CONSTITUCIONAIS:

EDUCAÇÃO:

INDICADORES – Art. 212-A	VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	% APLICADO
15- Mínimo 70% - Remuneração Magisterio	4.069.982,30	4.692.802,14	80,71
16.VAAT educação infantil	542.085,11	1.084.170,22	100,00
17.Minimo 15% VAAT despesa com Capital	162.625,53	269.081,96	24,82
29.Aplicação em MDE – mínimo 25%	5.451.685,66	6.154.861,50	28,22

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RR00 – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Página 1 de 5
RS1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ	
1- RECEITA DE IMPOSTOS	2.513.922,25	1.300.076,46	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	239.307,18	200,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	155.000,00	1.072,77	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.319.615,07	843.723,06	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	800.000,00	455.080,63	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.610.018,86	20.506.666,18	
2.1- Cota-Parte FPM	18.694.183,30	16.883.101,25	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	16.194.183,30	15.030.712,91	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	2.500.000,00	1.852.388,34	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.355.835,56	3.557.665,20	
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	121,41	
2.4- Cota-Parte ITR	200.000,00	705,37	
2.5- Cota-Parte IPVA	250.000,00	65.072,95	
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.123.941,11	21.806.742,64	
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	3.083.167,11	3.717.816,26	
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.258.981,51	1.720.830,09	

FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ	
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	9.724.337,67	6.075.225,19	
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.978.836,66	3.458.377,74	
6.1.1- Principal	6.828.836,66	3.404.115,49	
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	150.000,00	54.262,25	
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	710.501,01	1.271.712,47	
6.2.1- Principal	710.501,01	1.271.712,47	
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.850.000,00	1.084.170,22	
6.3.1- Principal	1.850.000,00	1.084.170,22	
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	185.000,00	260.964,76	
6.4.1- Principal	185.000,00	260.964,76	
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
7- RESULTADO LÍQUIDO DO FUNDEB (6.1 + 6.2 + 6.3 + 6.4)	9.724.337,67	6.075.225,19	

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 2 de 5

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RS 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR				
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00				
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00				
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00				
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		6.075.220,75				

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	11.352.029,70	6.107.768,70	6.075.220,75	6.075.220,75	32.545,95
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.765.645,13	4.692.802,14	4.692.802,14	4.692.802,14	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.439.952,43	\$15.088,26	\$15.088,26	\$15.088,26	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	6.260.195,71	3.877.713,88	3.877.713,88	3.877.713,88	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	65.496,99	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	3.586.384,57	1.414.966,56	1.382.418,61	1.382.418,61	32.547,95
10.2.1- Educação Infantil	914.704,92	269.081,96	269.081,96	269.081,96	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	2.643.150,59	1.137.384,60	1.104.836,65	1.104.836,65	32.547,95
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	28.529,06	8.500,00	8.500,00	8.500,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.107.768,70	6.075.220,75	6.075.220,75	32.547,95	0,00	32.545,95
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.490.921,25	3.458.373,30	3.458.373,30	32.547,95	0,00	32.545,95
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.271.712,47	1.271.712,47	1.271.712,47	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAAT	1.084.170,22	1.084.170,22	1.084.170,22	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAE	260.964,76	260.964,76	260.964,76	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.692.802,14	4.692.802,14	4.692.802,14	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.084.170,22	1.084.170,22	1.084.170,22	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	269.081,96	269.081,96	269.081,96	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.069.982,30	4.692.802,14	4.692.802,14	80,71
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAAT na Educação Infantil (INDICADOR IED)	542.085,11	1.084.170,22	1.084.170,22	100,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAAT em Despesa de Capital	162.625,53	269.081,96	269.081,96	24,82

INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APOÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT. (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	607.522,52	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 3 de 5

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RS 1

INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Atual não Aplicado no Exercício Atual (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	585.952,95	358.727,76	274.405,19	-274.405,19	358.727,76	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	311.549,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAAT + VAAE)	274.403,19	358.727,76	274.405,19	-274.403,19	358.727,76	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.715.966,27	2.437.045,24	2.417.198,00	2.415.918,00	19.847,24	
20.1- Educação Infantil	66.614,26	1.653,00	1.653,00	1.653,00	0,00	
20.2- Ensino Fundamental	3.637.334,20	2.435.392,24	2.415.545,00	2.414.265,00	19.847,24	
20.3- Educação de Jovens e Adultos	12.017,81	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.067.995,97	8.544.813,94	8.492.418,75	8.491.138,75	52.395,19	
21.1- Educação Infantil	2.421.271,61	1.085.823,22	1.085.823,22	1.085.823,22	0,00	
21.1.1- Creche	591.088,34	269.081,96	269.081,96	269.081,96	0,00	
21.1.2- Pré-Escola	1.830.183,27	816.741,26	816.741,26	816.741,26	0,00	
21.2- Ensino Fundamental	12.646.724,36	7.458.990,72	7.406.595,53	7.405.315,53	52.395,19	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)		2.437.045,24
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)		3.717.816,26
24- (c) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(g)		0,00
25- (s) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (o)		0,00
26- (v) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4		0,00
27- (w) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.(a+d))		0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)		6.154.861,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 4 de 5

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ² e 5		VALOR EXIGIDO (c)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)	
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		5.451.685,66	6.154.861,50	28,22	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		826.526,64		484.629,25	
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		720.225,96		484.629,25	
31.1.1- Salário-Educação		383.000,00		326.551,48	
31.1.2- PDDE		17.564,39		0,00	
31.1.3- FNAE		108.528,15		117.567,11	
31.1.4- FNATE		93.226,40		38.734,08	
31.1.5- Outras Transferências do FNDE		117.905,02		1.776,38	
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		104.500,00		0,00	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADAS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00	
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00	
31.5- RECEITA DE PRECATORIOS - FUNDEF E FUNDEB		0,00		0,00	
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		1.802,68		0,00	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	803.526,64	440.766,69	440.766,69	440.766,69	0,00
32.1- Educação Infantil	62.732,87	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	728.775,96	440.766,69	440.766,69	440.766,69	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	12.017,81	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	15.871.522,61	8.985.580,63	8.933.185,44	8.931.905,44	52.395,19

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 5 de 5

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

33.1- Despesas Correntes	13.752.674,76	8.362.746,68	8.342.899,44	8.341.619,44	19.847,24
33.1.1- Pessoal Ativo	8.659.595,40	4.692.802,14	4.692.802,14	4.692.802,14	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	5.093.079,36	3.669.944,54	3.650.097,30	3.648.817,30	19.847,24
33.2- Despesas de Capital	2.108.594,12	622.833,95	590.286,00	590.286,00	32.547,95
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.108.594,12	622.833,95	590.286,00	590.286,00	32.547,95
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)		
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		-430.805,28	209,29		
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		6.075.225,19	326.551,48		
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		6.075.220,75	320.119,03		
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		-430.800,84	6.641,74		
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		-1.435,47	0,00		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00	0,00		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		-432.236,31	6.641,74		

CLAUDIONOR URBANO DE OLIVEIRA
748.066.533-49
PREFEITO

ANTONIO JOSE DA SILVA NETO
619.734.673-72
CONTROLADOR INTERNO

VINICIUS MIRANDA SANTOS
26.518.568/0001-92
CONTADOR 010676/0

JOAO PEDRO ANDRADE DE SOISA
068.570.633-89

009

SAUDE:

TOTAL DAS DESPESAS COM ASPs	<u>EMPENHADA</u>	<u>LIQUIDADADA</u>	<u>PAGA</u>
	R\$ 3.496.234,30	R\$ 3.496.234,30	R\$ 3.496.234,30
<u>Minimo de 15% conforme LC nº 141/2012</u>			17,52%

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO XIII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
				Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100				
RECEITA DE IMPOSTOS (I)		2.513.922,25	2.513.922,25	1.300.076,46	51,72				
Recosta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		239.307,18	239.307,18	200,00	0,08				
Recosta Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - IITVI		155.000,00	155.000,00	1.072,77	0,69				
Recosta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		1.319.615,07	1.319.615,07	843.723,06	63,94				
Recosta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF		800.000,00	800.000,00	455.080,63	56,89				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		20.110.018,86	20.110.018,86	18.654.277,84	92,76				
Cota-Parte FPM		16.194.183,30	16.194.183,30	15.030.712,91	92,82				
Cota-Parte ITR		200.000,00	200.000,00	705,37	0,35				
Cota-Parte IPVA		250.000,00	250.000,00	65.072,95	26,03				
Cota-Parte ICMS		3.355.835,56	3.355.835,56	3.557.665,30	106,01				
Cota-Parte IPI-Exportação		110.000,00	110.000,00	121,41	0,11				
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)		22.623.941,11	22.623.941,11	19.954.354,30	88,20				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	ATÉ BIMESTRE (d)	(%) (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	(%) (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	(%) (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.881.598,86	4.076.658,84	3.101.414,67	76,08	3.101.414,67	76,08	3.101.414,67	76,08	0,00
Despesas Correntes	3.590.441,08	3.793.591,06	3.101.414,67	81,75	3.101.414,67	81,75	3.101.414,67	81,75	0,00
Despesas de Capital	291.067,78	283.067,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	71.626,09	71.626,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	71.626,09	71.626,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	18.332,05	18.332,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	18.332,05	18.332,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	23.554,88	23.554,88	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	0,00
Despesas Correntes	23.554,88	23.554,88	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	631.676,04	777.676,04	389.221,63	50,05	389.221,63	50,05	389.221,63	50,05	0,00
Despesas Correntes	531.676,04	677.676,04	389.221,63	57,43	389.221,63	57,43	389.221,63	57,43	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.626.697,92	4.967.847,90	3.496.234,30	70,38	3.496.234,30	70,38	3.496.234,30	70,38	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XII)	3.496.234,30	3.496.234,30	3.496.234,30
(c) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(c) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(c) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(iv) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.496.234,30	3.496.234,30	3.496.234,30
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	2.993.153,15	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)	0,00	503.081,15	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	17,52	17,52	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 2º E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	LIMITE NÃO CUMPRIDO Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (i) = (h - (j + k + l))
		Empenhadas (j)	Liquidadas (k)	Pagas (l)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial = XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVa)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATE BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATE BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATE BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.801.108,35	12.512.758,33	5.335.325,15	42,64	5.335.325,15	42,64	5.335.325,15	42,64	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUporte Profilático e Terapêutico (XLII) = (VI + XXXIV)	75.952,50	75.952,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	93.483,62	98.483,62	3.800,00	3,86	3.800,00	3,86	3.800,00	3,86	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	327.881,29	267.881,29	5.598,00	2,09	5.598,00	2,09	5.598,00	2,09	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	941.530,64	1.187.530,64	700.098,27	58,95	700.098,27	58,95	700.098,27	58,95	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	14.239.956,40	14.142.606,38	6.044.821,42	42,74	6.044.821,42	42,74	6.044.821,42	42,74	0,00

- 1) Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre de exercício.
- 2) O valor apresentado na interseção com a coluna "f" ou com a coluna "h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".
- 3) O valor apresentado na interseção com a coluna "p" ou com a coluna "r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".
- 4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [(f/r) - (15 x 100)/100].
- 7) Esta coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CLAUDIONOR URBANO DE OLIVEIRA
748.066.533-49
PREFEITO

ANTONIO JOSE DA SILVA NETO
619.734.673-72
CONTROLOADOR INTERNO

VINÍCIUS MIRANDA SANTOS
26.518.568/0001-92
CONTADOR.010676/O

JOAO PEDRO ANDRADE DE SOISA
068.570.633-89
SEC DE FINANÇAS



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

No exercício de 2025 foram realizadas algumas obras no Municípios, sendo que algumas concluídas e outras em fase de acabamento.

Relação de obras realizadas pelo Município de Floresta do Piauí no ano de 2025

CONTRATO	PROCESSO LICITATÓRIO	OBJETO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	EMPRESA	STATUS
077/2024	TP 10/2023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO, DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE BARREIROS E AÇUDES EM DIVERSAS LOCALIDADES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ-PI.	-7.467716648006262, -41.797275517470936 -7.480179919611593, -41.776737398356524 -7.513219751473532, -41.78239075526562 -7.502092142052874, -41.73160004132942 -7.454836850113304, -41.820276249882305	A. DA SILVA CONSTRUÇÕES	CONCLUÍDA
086/2023	TP 04/2023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NA LOCALIDADE RIACHO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ-PI.	-7.489159373544681, -41.77056636612472	A. DA SILVA CONSTRUÇÕES	CONCLUÍDA
063/2024	CONCORRENCIA 01/2024	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, NO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ/PI, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 941654/2023 - MINISTÉRIO DO ESPORTE.	-7.467354320039545, -41.79662929212439	A. DA SILVA CONSTRUÇÕES	EM ANDAMENTO

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO: FLORESTA DO PIAUÍ-PI



**RELATÓRIO CONSOLIDADO E DE TRANSIÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
REFERÊNCIA, ANO 2025**

PREFEITO: Claudionor Urbano de Oliveira

VICE-PREFEITO: Rufino Torres neto

CONTROLADORIA: Antonio José da Silva Neto

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO: Francisco Araujo
de Sousa**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS: João Pedro Andrade de
Sousa**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: Albertina Araujo Santana

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão Educacional do município de Floresta do Piauí – PI, referente ao exercício de 2025, tem como objetivo apresentar, de forma integrada, analítica e transparente, as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, evidenciando os resultados alcançados, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para a melhoria da qualidade do ensino público municipal.

Elaborado conforme as orientações do Relatório de Gestão Consolidado (RGC) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, este documento prioriza a demonstração do desempenho das políticas educacionais, com foco nos resultados de aprendizagem, no fluxo escolar e na efetividade das ações implementadas, atendendo aos princípios de transparência, materialidade, clareza e comparabilidade .

O relatório se fundamenta na análise comparativa dos dados educacionais de 2024 e 2025, considerando o contexto de queda nos resultados do SAEPI 2024, o que exigiu da gestão municipal uma reorganização estratégica das ações pedagógicas, com foco na recomposição das aprendizagens e no fortalecimento das práticas de alfabetização.

Nesse cenário, a gestão educacional de 2025 foi pautada na tomada de decisão baseada em evidências, no acompanhamento sistemático dos indicadores educacionais e na atuação articulada entre escola, família e rede de proteção social, visando assegurar não apenas o acesso, mas principalmente a permanência com aprendizagem significativa.

OBJETIVO

Apresentar, de forma integrada, transparente e orientada a resultados, as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Floresta do Piauí no exercício de 2025, evidenciando o desempenho das políticas públicas educacionais, os resultados alcançados no processo de ensino e aprendizagem, os desafios identificados e as estratégias adotadas, com vistas a subsidiar a tomada de decisão, fortalecer a gestão educacional e promover a melhoria contínua da qualidade da educação no município.

VISÃO ORGANIZACIONAL E CONTEXTO EDUCACIONAL

A Secretaria Municipal de Educação de Floresta do Piauí estrutura-se como órgão responsável pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, atuando em consonância com os marcos legais nacionais e locais, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de

Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME).

Conforme evidenciado no relatório de 2024, o município consolidou avanços significativos na organização de seu sistema educacional, destacando-se a autonomia do Sistema Municipal de Ensino e o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação como instância normativa, deliberativa e fiscalizadora .

A rede municipal de ensino é composta por unidades que atendem a Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), organizadas sob uma lógica de gestão integrada, com atuação articulada entre equipes gestoras, professores e equipe técnica da Secretaria.

Contexto Educacional em 2025.

O ano de 2025 foi marcado por um cenário desafiador, decorrente principalmente:

- Da necessidade de recomposição das aprendizagens pós-pandemia;
- Da queda nos indicadores de desempenho nas avaliações externas (SAEPI 2024);
- Da persistência de desigualdades no desempenho entre os anos iniciais e finais.

Observa-se, conforme já identificado em 2024, que o município apresenta melhores resultados no ciclo de alfabetização, com redução progressiva do desempenho à medida que os alunos avançam nos anos escolares, configurando um desafio estrutural da rede.

Diante desse diagnóstico, a Secretaria reorganizou suas prioridades estratégicas, direcionando esforços para:

- Fortalecimento da alfabetização na idade certa;
- Intervenção pedagógica nos anos finais;
- Redução das desigualdades de aprendizagem;
- Ampliação do acompanhamento individualizado dos estudantes.

Além disso, destaca-se a consolidação da política de educação integral e o fortalecimento da atuação intersetorial, envolvendo educação, saúde e assistência social, ampliando a visão da educação como política pública integrada.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2025

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Educação de Floresta do Piauí desenvolveu um conjunto amplo, articulado e estratégico de ações pedagógicas, administrativas e estruturais, com foco na melhoria da qualidade da educação, no

fortalecimento da gestão escolar e na garantia do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

As ações iniciaram-se com o planejamento estratégico do ano letivo, contemplando a construção coletiva do calendário escolar, a elaboração do plano de ações, a organização das turmas e a lotação dos profissionais da educação, além do levantamento da demanda educacional em todas as etapas de ensino. Paralelamente, foram realizadas visitas técnicas às unidades escolares para diagnóstico da infraestrutura, seguidas de intervenções e reformas necessárias para assegurar condições adequadas ao funcionamento das escolas.

No campo das políticas públicas educacionais, o município manteve e ampliou a adesão a programas estruturantes, como o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), o Programa Escola de Tempo Integral (ETI), o Sistema de Avaliação da Educação do Piauí (SAEPI) e o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Essas iniciativas fortaleceram a prática pedagógica e possibilitaram o acompanhamento sistemático da aprendizagem, por meio da aplicação de avaliações diagnósticas, formativas e externas.

Destaca-se a consolidação da Política de Educação Integral, com ampliação para 100% dos estudantes da rede, contemplados com educação integral e em tempo integral com desenvolvimento de atividades complementares, incluindo reforço em Língua Portuguesa e Matemática, aulões preparatórios para avaliações externas e projetos pedagógicos interdisciplinares, contribuindo para a melhoria do desempenho dos estudantes e a formação integral.

A formação continuada dos profissionais da educação foi uma prioridade permanente, contemplando temáticas como alfabetização, análise de resultados (IDEB e SAEPI), inclusão educacional, práticas pedagógicas inovadoras e segurança alimentar. Foram realizados encontros pedagógicos mensais, seminários de boas práticas e momentos de análise crítica dos resultados educacionais, com definição de metas e estratégias de intervenção. Além disso, outras formações específicas e as riquíssimas formações para gestores e professores ofertadas pelos programas PPAIC - Programa Piauiense de Alfabetização na Idade certa e CNCA - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e, contempladas neste último, O LEEI, que trouxe uma proposta que efetivada com sucesso chegando ao público alvo e contribuindo significativamente com a qualificação profissional dos gestores e professores da rede, promovendo assim melhorias na qualidade do ensino ofertado aos estudantes florestenses.

No âmbito do acompanhamento dos estudantes, foram intensificadas ações de busca ativa, reuniões com pais e responsáveis, avaliações diagnósticas e de fluência

leitora, além do monitoramento contínuo do desempenho escolar. Destaca-se também o fortalecimento do atendimento psicopedagógico e psicológico, assegurando suporte aos estudantes, profissionais e famílias.

A atuação intersetorial foi ampliada por meio de projetos e ações integradas, como a Semana da Família na Escola - Plantão Pedagógico para pais de forma individual, rodas de conversa, palestras educativas e parcerias com o Conselho Tutelar e a Polícia Militar, abordando temáticas relevantes para a formação cidadã e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Implantação do projeto social, Pelotão Mirim, que desenvolve dentro da educação um projeto social que tem como público alvo, crianças, adolescentes e famílias. Criação da Rede de Apoio composta por membros dos diferentes setores e que atua no acolhimento, proteção e promoção da cultura de paz nas escolas.

No que se refere à alimentação e ao transporte escolar, foram realizados processos licitatórios, aquisição e distribuição de alimentos, avaliação nutricional dos estudantes e manutenção da frota escolar, garantindo condições adequadas para o funcionamento da rede e o bem-estar dos alunos.

Além disso, foram desenvolvidas diversas ações pedagógicas, culturais e sociais ao longo do ano, incluindo semanas temáticas (água, meio ambiente, consciência negra), eventos escolares, projetos de leitura, atividades esportivas e ações comemorativas, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade e promovendo a formação integral dos estudantes.

Por fim, destaca-se o fortalecimento da gestão democrática, evidenciado pela realização de reuniões com conselhos (FUNDEB e CAE), escutas institucionais com profissionais e estudantes, além da consolidação da autonomia do Sistema Municipal de Ensino, contribuindo para uma gestão mais participativa, transparente e eficiente.

RESULTADOS EDUCACIONAIS

Rendimento Escolar – 2025

Tabela 1 – UNIDADE ESCOLAR DIRCEU MENDES ARCOVERDE(2025)

Observação: modalidades incluídas nos dados do quadro: **Educação Infantil, ensino fundamental, anos iniciais e Educação de jovens e Adultos.**

INDICADOR	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Matrícula Inicial	253	100%
Admitidos pós censo	06	2,3%

Matrícula final	259	100%
Aprovados	248	95.8%
Reprovados	05 (obs. eja)	1,9%
Abandono	05 (obs. eja)	1,9%
Transferidos	01	0,4%

Tabela 2 – UNIDADE ESCOLAR ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA – ENSINO FUNDAMENTAL II (2025)

Observação: modalidades incluídas nos dados do quadro: **Ensino fundamental, anos finais e Educação de jovens e Adultos.**

INDICADOR	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Matrícula	183	100% inicial
Admitidos pós censo	05	2,7%
Aprovados	136	89.9%
Reprovados	02 (todos da eja)	1,1%
Abandono	11 (01 do Ens. fund. 10 do eja)	5,08%
Transferidos	06	3,2%

Tabela 3 – UNIDADE ESCOLAR ANTÔNIO SEVERO BARBOSA – ENSINO (2025)

Observação: modalidades incluídas nos dados do quadro: **Educação Infantil, ensino fundamental, anos iniciais e Educação de jovens e Adultos.**

INDICADOR	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Matrícula	113	100%
Admitidos pós censo	0	0%
Aprovados	83	73.4
Reprovados	20 (obs. (Eja)	17,7
Abandono	10 (obs. Eja)	8,9%
Transferidos	0	0%

Tabela 4– REDE -(2025)

Observação: modalidades incluídas nos dados do quadro: **Educação Infantil, Ensino fundamental, anos iniciais, anos finais e Educação de jovens e Adultos:**

INDICADOR	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Matrícula	549	100%
Admitidos pós censo	11	2%
Aprovados	500	89,3%
Reprovados	27 (todos da eja)	4.8%
Abandono	26 (01 do Ensi fund. E 25 da eja)	4,6%
Transferidos	07	1.3%

Tabela 5 – REDE -(2025)

Dados exclusivo do Ensino Fundamental de 09 anos. - REDE

Situação	U.E. DIRCEU MENDES...	U. E. PROF. ANTONIO JOSÉ..	U. E. ANTONIO SEVERO...	REDE	PERCENTUAL REDE
matrícula	115	143	21	279	100%
admissão	03	05	0	08	2.8%
aprovados	114	136	21	271	97.1% Do total de matrículas. 100% dos que permaneceram nas escolas até o final.
reprovados	0	0	0	0	0,0%
transferidos	01	06	0	07	2,5%
abandono	0	01	0	01	0,4
falecidos	0	0	0	0	0%

ANÁLISE COMPARATIVA 2024 x 2025

Tabela 4 – Comparativo de Indicadores Educacionais Ensino Fundamental - REDE sobre os estudantes do Ensino Fundamental que permaneceram até o final nas escolas da rede municipal de ensino em Floresta do Piauí, incluindo matrícula a inicial e alunos admitidos pós censo.

INDICADOR	2024	2025	ANÁLISE
Taxa de aprovação	100%	100%	Mantida
Taxa de reprovação	0%	0%	Estável
Taxa de abandono	0%	0,4%	01 aluna que mesmo com a intervenção, junto ao conselho municipal, não obtivemos sucesso em 2025.
SAEPI - alfabetização	54,55%	100% no resultado	Crescimento

		preliminar Aguradando resultado oficial.	significativo
ideb anos iniciais.	5.9 (2023)	(aguardando resultado 2025)	Agurdando resultado
ideb - anos finais.	5.5(2023)	(aguardando resultado 2025)	Aguardandom resultado

GOVERNANÇA, RISCOS E DESAFIOS (VERSÃO APRIMORADA)

Em conformidade com as orientações do Relatório de Gestão Consolidado (RGC), a análise da gestão educacional deve contemplar, de forma equilibrada, não apenas os avanços alcançados, mas também os riscos e desafios que impactam o desempenho das políticas públicas, permitindo uma visão realista, transparente e orientada à melhoria contínua.

Nesse sentido, a governança educacional no exercício de 2025 foi estruturada a partir de um modelo de gestão orientado por dados, com monitoramento sistemático dos indicadores educacionais, fortalecimento do planejamento estratégico e ampliação dos processos de avaliação e acompanhamento das ações pedagógicas.

A partir da análise dos resultados das avaliações externas, especialmente do SAEPI 2024, foram identificados riscos relevantes que orientaram a tomada de decisão da gestão, evidenciando a necessidade de reorientação de estratégias para garantir melhores resultados de aprendizagem em 2025.

Principais riscos e desafios identificados foram:

- Redução do desempenho nas avaliações externas (SAEPI 2024), indicando fragilidades na consolidação das aprendizagens, especialmente após o ciclo de alfabetização;
- Desempenho inferior nos anos finais do Ensino Fundamental, com evidências de queda progressiva nos níveis de proficiência, configurando um desafio estrutural da rede;
- Necessidade de fortalecimento da aprendizagem do 4º ao 9º ano, etapa em que se observa maior distanciamento dos estudantes em relação aos níveis adequados de aprendizagem;
- Ocorrência pontual de evasão escolar em algumas unidades, exigindo

intensificação das estratégias de busca ativa e acompanhamento da frequência;

- Persistência das defasagens de aprendizagem decorrentes do período pós-pandemia, demandando continuidade das ações de recomposição e intervenções pedagógicas direcionadas.
- Queda significativa nos resultados da alfabetização.

A identificação desses desafios evidencia uma gestão educacional madura, que reconhece suas fragilidades e atua de forma estratégica para superá-las. Observa-se que, embora o município apresente resultados consistentes no fluxo escolar, com elevados índices de aprovação e baixa evasão, o principal desafio concentra-se na qualidade da aprendizagem.

Dessa forma, os riscos identificados passaram a orientar diretamente o planejamento das ações em 2025, consolidando uma gestão focada na equidade, na melhoria dos resultados educacionais e na garantia do direito de aprendizagem de todos os estudantes.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

Diante dos riscos e desafios identificados, especialmente aqueles relacionados à queda no desempenho na alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação estruturou, no exercício de 2025, um conjunto de estratégias integradas, orientadas por dados e focadas na melhoria dos resultados educacionais.

As ações foram planejadas com base no diagnóstico da rede, priorizando intervenções pedagógicas efetivas, fortalecimento da gestão escolar e ampliação do acompanhamento dos estudantes, com vistas à garantia do direito à aprendizagem.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes estratégias:

- Intensificação do acompanhamento pedagógico, por meio de monitoramento sistemático das práticas docentes, apoio às equipes gestoras e acompanhamento mais próximo do desempenho dos estudantes, fortalecendo a atuação da coordenação pedagógica;
- Uso de dados para a tomada de decisão, com análise contínua dos

resultados das avaliações internas e externas, permitindo identificar lacunas de aprendizagem e orientar intervenções pedagógicas mais assertivas;

- Ampliação e qualificação das formações docentes, alinhadas às necessidades da rede, com foco em alfabetização, recomposição das aprendizagens, análise de descritores (SAEPI/SAEB) e práticas pedagógicas inovadoras;
- Fortalecimento da política de Educação Integral, ampliando o tempo pedagógico e oportunizando atividades complementares, como reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para a consolidação das aprendizagens;
- Monitoramento contínuo da frequência escolar, com intensificação das ações de busca ativa e acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de evasão, visando garantir a permanência e o vínculo com a escola;
- Implementação de intervenções pedagógicas direcionadas por nível de aprendizagem, organizando os estudantes conforme suas necessidades específicas e promovendo ações diferenciadas para recuperação e avanço no processo de ensino e aprendizagem.
- Ampliação da política de educação integral em tempo integral para 100% dos estudantes da educação infantil e ensino fundamental.

As estratégias adotadas evidenciam uma gestão educacional orientada por evidências, com foco na equidade e na melhoria da qualidade da aprendizagem, articulando ações pedagógicas, formativas e de gestão para enfrentar, de forma consistente, os desafios identificados no contexto educacional do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 foi marcado por um movimento estratégico de consolidação e aprimoramento das políticas públicas educacionais no município de Floresta do Piauí, evidenciando uma gestão comprometida com a melhoria contínua da qualidade do ensino e orientada por resultados.

Mesmo diante de desafios relevantes, especialmente aqueles relacionados à redução do desempenho nas avaliações externas, a rede municipal

demonstrou capacidade institucional de análise e resposta, traduzida em ações estruturadas, reorientação pedagógica e fortalecimento dos processos de gestão e acompanhamento da aprendizagem.

Destacam-se, nesse contexto, o compromisso com a garantia do direito à aprendizagem, o fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares e a capacidade de adaptação frente às demandas educacionais, evidenciando uma atuação proativa e baseada em evidências.

Os resultados de rendimento escolar, particularmente no que se refere à manutenção de elevados índices de aprovação, demonstram consistência nas políticas de permanência e organização do fluxo escolar. Entretanto, as análises realizadas reforçam que o principal desafio da rede permanece centrado na qualidade da aprendizagem, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, o que demanda continuidade e aprofundamento das estratégias pedagógicas implementadas. Importante ressaltar que o desafio da alfabetização, que apresentou queda pelos resultados do SAEPI em 2024, foi superado em 2025, pois pelos resultados preliminar recentemente divulgados, tivemos 100% de aproveitamento com sucesso nos resultados tanto em Língua portuguesa quanto em matemática. Assim o município segue no compromisso em promover o sucesso na alfabetização das crianças e de vencer o desafio da continuidade desse sucesso nos anos seguintes, inclusive para os resultados a se apresentar nas avaliações externas, que por mais que tenha sido cresecente, os últimos resultados para as turmas de 5º e 9ºano, mas seguem em proporção inferior ao esperado e desejado.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação reafirma seu compromisso com o fortalecimento de uma educação pública de qualidade, pautada na equidade, na inclusão e na formação integral dos estudantes, consolidando uma agenda educacional orientada por dados, focada em resultados e alinhada às demandas reais da rede de ensino.

ANEXOS

QUADRO NOMINAL DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, EFETIVOS COM
LOTAÇÃO A EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO, 2025.

LOCAL	LOCALIDADE	NOME	CARGA HORÁRIA
U. E. ANTONIO SEVERO BARBOSA	OLHO D'ÁGUA	- Agenildo Leal de Sousa	40h
		- Cicero Manoel de Lima	04h
		- Gildete de Araújo	03h
		- Luisa Inácia da Conceição	40h
		- Maria Auxiliadora da Silva	40h
		- Maria das Dores Sá Sousa	40h
		- Maria das Graças Santos	40h
		- Maria Francisca de Sousa	40h
U. E. DIRCEU MENDES ARCOVERDE – ENSINO FUNDAMENTAL E ED. INFANTIL	SEDE	- Cícera Maria Soares Leite	31h
		- Cicero Manoel de Lima	04h
		- Cecília Maria de Carvalho	40h
		- Eriene Silva Araújo Carvalho	27h
		- Francisca Tárgina Granja de Oliveira	40h
		- Luciana Feitosa de Sousa Oliveira	40h
		- Lucigerdainede Sousa Ribeiro	40h
		- Isabel Vieira da Conceição	40h
		- Isabel Ferreira dos Santos Lima	40h
		- Maria Aparecida de Moraes	40h
		- Maria da Luz Silva Sousa	40h
		- Maria dos Remédios de Sousa Barros	40h
		- Maria Genilza da Silva Carvalho	30h

		- Maria Lucimar Cardoso Silva	40h
		- Maria Pereira de Sousa Pinheiro	40h
		- Lucília Maria de Lima Moura	40h
		- Maria José Alves Feitosa	40h
		- Maria José Torres Costa	40h
		- Teresinha Moura Pinheiro	40h
		- Valdirene Carvalho de Macedo Ferreira	40h
U.E. PROFESSOR ANTONIO JOSE DA SILVA	SEDE	- Cícera Maria Soares Leite	09h
		- Cicero Manoel de Lima	12h
		- Elania de Sousa Lima	40h
		- Eriene Silva Araújo Carvalho	13h
		- Gildete de Araújo	10h
		- Josilene de Carvalho Sousa	40h
		- Maria do Espírito Santo Santos	40h
		- Maria Genilza da Silva Carvalho	10h
		- Mateus Anísio de Lima	40h
		- Rosa Maria de Sousa Carvalho	20h
SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Sede	- Francisco Miguel de Moraes	40h
		- Gildete Araujo	27h
		- Kátia da Silva Santos Lima	40h
		- Lucilene Maria de Lima	40h
		- Maria Gorete Moreira Figueredo	40h
		- Maria da Conceição Moura de Oliveira	40h
		- Rosa Maria de Sousa Carvalho	20h

QUADRO NOMINAL DE PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS GERAIS, EFETIVOS

LOCAL	LOCALIDADE	NOME	CARGA HORÁRIA
U. E. ANTONIO SEVERO BARBOSA	OLHO D'ÁGUA	- Francisca Flávia Campos de Lima	40h
U. E. DIRCEU MENDES ARCOVERDE	SEDE	- Francisca Maria Torres	40h
		- Francilene Silva Santos	40h
		- Umbilina Pereira Leite	40h
		- Lucilene Rita de Jesus	40h
		- Maria do Espírito Santo Borges Figueredo	20h
		- Maria Luzia da Conceição	40h
		- Valdilene Maria de Almeida	40h
U. E. PROFESSOR ANTONIO JOSÉ DA SILVA	SEDE	- Vicentina Helena de Figueredo	40h
		- Flávia de Sousa Pinheiro	40h
		- José Ricardo da Silva	40h
ALMOXARIFADO DA SEMED	SEDE	- Inácia Maria Torres	40h
		- Antonia Figueredo de Moura	40h
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SEDE	- Ana Alice Pereira Leal Lima	40h
		- Edivaldo Elias de Lima	40h
		- Maria Aparecida Ferreira Torres	40h

QUADRO NOMINAL DE PROFISSIONAIS CONTRATADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JUNTO À EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO, 2025.

NOME	CARGO
ALDA MARIA PINHEIRO DE SOUSA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ADERENICE LIMA PINHEIRO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ALEX DA SILVA DE SOUSA	COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
AMANDA COSTA SANTOS	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ANDERSON DE SOUSA CAMPOS	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ARIANE CUNHA MARCELINO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
CLEIDIVAM LEITE DE OLANDA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
CÍCERO FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
CRISTIANE FEITOSA DE SOUSA LIMA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
CESAR MILTON DE LIMA SOARES	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
DEBORA ROSA DE SOUSA	ASSESS DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ELIENE DE SOUSA E SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ERISLÂNDIA DOA SANTOS MELO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FRANCISCA LÍDIA DE SOUSA SANTOS	ASSESSOR TECNICO DAS-1
FRANCIMAURA DE FIGUEREDO CARVALHO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA JUNIOR	COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
FRANCISCO PEREIRA OSPORIO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FÁBIO JUNIOR DOS SANTOS	ASSESSOR DE GESTÃO EDUCACIONAL
INÁCIO JOSÉ DE SOUSA E SILVA	ASSESS DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
IRACEMA DOS ANJOS LEITE	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
JAIRLA MORAIS RORIGUES	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
JOCELENE CAMPOS DA SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
JOSÉ DE ANCHIETA PEREIRA DA SILVA	ASSESS DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

JOSRDANIA DE SOUSA FAUSTO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
JEANE DE SOUSA SÁ	COORDENADORA DE TRANSPORTE ESCOLAR
JULIELMA DA SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
LAYARA GONÇALVES DE LIMA	ASSESSORA DE GESTÃO EDUCACIONAL
LUANA LIMA SOUSA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
LUANA SOCORRO DA SILVA	COORDENADORA DE TRANSPORTE ESCOLAR
LUCENILDA ANISIA MARTINS	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
LUIZA LARISSA MARTINS DE OLIVEIRA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ROGERIO FERREIRA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARCILENE ALVES DE SOUSA	COORDENADORA DE TRANSPORTE ESCOLAR
MARCOS EUGÊNIO DE OLIVEIRA LIMA	ANALISTA DE REGISTRO ESCOLAR
MARIA APARECIDA LEAL BORGES	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA APARECIDA SILVA DO NASCIMENTO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA CAMPOS DA SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA DE FÁTIMA ROMOALDO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA DIVINA OLIVEIRA SÁ	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA FERNANDA LIMA SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA FRANCISCA DA SILVA MONTE	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA GABRIELA DA SILVA SOUSA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIA IVETE PEREIRA DOS SANTOS SOUSA	COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
MARIA LETICIA PEREIRA DE SOUSA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
MARIANE DA SILVA CAMPOS	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
RAIANA FRANCISCA DA SILVA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
TÁTILLA INÊZ DE SOUSA RODRIGUES	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
VALQUIRIA MARIA RODRIGUES DE FAUSTO	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
VANUSA CAMPOS	COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
VERA LUCIA DA COSTA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
VILANI JOSEFA DE LIMA	ASSES DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

QUADRO NOMINAL - MEDIADORES E FACILITADORES COM ATUAÇÃO JUNTO À EDUCAÇÃO INTEGRAL 2025

MEDIADOR DE ACOMP. PEDAGÓGICO EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
ESCOLA	NOME/CANDIDATO	CPF	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
U. E. Dirceu Mendes Arcoverde	Liana de Carvalho Sousa Silva	046 684 533-23	14	16	aprovada
	Aline Pereira dos Santos	614 678 263-75	01	07	aprovada
	Maria da Paixão de Sousa	391 4443368-58	02	05	aprovada
	Dárcya Araujo Mendes Costa	028 690 403-93	15	05	aprovada
	Cristiane feitora de Sousa Lima	023 582 083-02	11	03	classificada
U. E. Antonio Severo Barbosa	Vandeya Campos da Silva	054.799.853-88	12	03	aprovada

MEDIADOR DE PORTUGUES					
ESCOLA	NOME/CANDIDATO	CPF	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
U. E. Dirceu Mendes Arcoverde 1º a 5º ano	Maria de Fátima da Conceição	006.698.483-10	04	12	aprovada
U. E. Antonio Severo Barbosa 1º a 5º ano	Cibele ferreira da Silva	110.241.093-48	05	06	aprovada
U. E. Prof. Antonio José da Silva 6º a 9ºano	Leudivania Anisia Martins	005.951.503-14	06	15	aprovada

MEDIADOR DE MATEMÁTICA					
ESCOLA	NOME/CANDIDATO	CPF	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
U. E. Dirceu Mendes Arcoverde 1º a 5º ano	Francisca Eliane da Silva	054.800.293-20	07	09	aprovada
U. E. Antonio Severo Barbosa 1º a 5º ano	Samires Campos da Silva	071.751.613.-01	08	09	aprovada
U. E. Prof. Antonio José da Silva 6º a 9º ano	Neusileide Raimunda da Silva	042.666.823-52	16	05	aprovada

FACILITADOR DE APRENDIZAGEM ATIVIDADES COMPLEMENTARES DIVERSIFICADAS					
ESCOLA	NOME/CANDIDATO	CPF	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
U. E. Dirceu Mendes Arcoverde 1º a 5º ano	Renny Gabrielly Cardoso da Silva	005.957.073-21	03	12	aprovada
	Maria Aparecida da Rocha	032.428.483.73	10	03	aprovada
U. E. Antonio Severo Barbosa 1º a 5º ano	Maiza Carmos de Sousa	111.150.633-75	09	03	aprovada
	Fabricia da Conceição Sousa	093.529.083-41	13	03	aprovada
U. E. Prof. Antonio José da Silva 6º a 9º ano	Cristioneide Campos da Silva	614.348.143-19	17	10	aprovada
	Maria de Fátima Sousa e Silva	539.041.828-03	18	03	aprovada

OUTROS CONTRATOS - SERVIÇO NA EDUCAÇÃO

VIVIANE MOURA PINHEIRO SANTOS	PSICÓLOGA
TÂMÝRES RAYANNE SANTOS MARTINS	NUTRICIONISTA
RBV CONSULTORIA / ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	SEVIÇO DE ASSORIA TÉCNICA FINCEIRA NA EDUCAÇÃO
HL CONSULTORIA	SISTEME VIDA ESCOLAR
JESSIANE DE SOUSA COSTA CARVALHO	ASSESSORIA PEDAGÓGICA
GIRLENE MARIA DE OLIVEIRA	ASSITENTE SOCIAL
MARIA APARECIDA CAMPOS DE CARVALHO	PROFESSORA TEMPORÁRIA
MARINA DE SOUSA OLIVEIRA CARVALHO	PROFESSORA TEMPORÁRIA
VERONICA LUISA DE LIMA SOARES	PROFESSORA TEMPORÁRIA
LORENE PEREIRA DE SOUSA	PROFESSORA TEMPORÁRIA
VALMIRA PEREIRA DOS SANTOS NETA	PROFESSORA TEMPORÁRIA



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ
CNPJ: 01.612.578/0001-61
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
REFERENTE AO ANO DE 2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**

FLORESTA DO PIAUÍ – PIAUÍ.

UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME: Carlos Rafael de Moura e Silva	CPF: 062.460.933-29
CARGO: Secretário Municipal de Assistência Social	PERÍODO INICIAL: 03/06/2024 PERÍODO FINAL: Indefinido
E-MAIL: assistencia.crasflorestapi@hotmail.com	CONTATO: (89) 99434-6545

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA QUE COMPÕE A EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR.

NOME COMPLETO	FUNÇÃO
Carlos Rafael de Moura e Silva	Secretário Municipal de Assistência Social
Aliete Rodrigues de Carvalho Barroso	Coordenadora do CRAS
Elaine de Sousa Torres	Assistente Social
Marillene Feitosa de Sousa	Assistente Social
Fabiana Rodrigues dos Santos	Psicóloga
Maria de Fátima Araújo Carvalho Monteiro	Assessora Técnica SEMAS
Lucimar Maria dos Santos	Recepcionista
Girlane da Silva	Atendente
Ana Caroline dos Santos Vera	Entrevistadora do Programa Bolsa Família
Aldete Eva dos Santos	Coordenadora do Programa Bolsa Família
Taisson Vinicius de Jesus Silva	Técnico do Programa Bolsa Família
Maria Paula da Conceição	Orientadora do SCFV
Aldete Eva dos Santos	Orientadora do SCFV

Maria Aparecida da Rocha	Orientadora do SCFV
Maria Elisângela da Silva Damasceno	Serviços Gerais
Ana Clecia Leite da Silva	Serviços Gerais
Rosilene Ferreira do Nascimento	Serviços Gerais

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA QUE COMPÕE O CONSELHO TUTELAR.

Jussara Rodrigues de Moura	Conselheira Titular
Aline Fernanda Figueredo Lima	Conselheira Titular
Antonio Junior do Nascimento	Conselheiro Titular
Lussivânia Martins Carvalho	Conselheira Titular
Elineide Ana Sousa Carvalho	Conselheira Titular
Maria Izaneide de Jesus Moura Rocha	Conselheira Suplente

As concepções de assistência social se desenvolveram ao longo dos anos, chegando à Constituição Federal como diretrizes primordiais de universalidade, democratização, descentralização e competência. Nesse sentido a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, tem a finalidade de garantir a proteção social da assistência social sob a territorialização do município e se aproximar da população, principalmente as mais carentes, reconhecendo a existência das desigualdades sociais interurbanas e a importância da presença das políticas sociais para reduzi-las, trabalhando a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificando e estimulando as potencialidades locais, buscando melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nas localidades.

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do município de Floresta do Piauí, trabalha com a proteção social básica que tem por objetivo contribuir com a prevenção de situações de risco social, por meio do desenvolvimento das potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio da implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS de modo articulado e intersetorial, prestando atendimento socioassistencial às pessoas e famílias de forma articulada os serviços e potencializando a rede de proteção social básica tendo como porta de entrada o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, assim como também encontram-se vinculados à SEMAS como parceiros o Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do município de Floresta do Piauí, através do CRAS e demais parceiros desenvolve programas, projetos e ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, voltados para diferentes públicos: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, gestantes e pessoas que se encontram em vulnerabilidade ou situação de risco social.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social- CRAS trata-se de uma unidade de execução dos serviços de proteção social básica destinada à população em situação de vulnerabilidade social, e em articulação com a rede socioassistencial consegue desenvolver o trabalho de proteção social básica. O público alvo dessa instituição é a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, fragilidade familiar, exposição as diferentes formas de violência, discriminação de gênero, raça, deficiência, idade e outros. Os serviços ofertados pelo CRAS são:

- Atendimento Psicossocial;
- Visitas Domiciliares;
- Escuta qualificada e orientação;
- Encaminhamento a rede socioassistencial do município;
- Viabilização do Passe livre Intermunicipal, Interestadual e Federal para pessoas com deficiência e idoso;
- Acompanhamento das famílias cadastradas no PAIF;
- Grupos de convivência de idosos, crianças e adolescentes e gestantes;
- Encaminhamentos ao Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Palestras socioeducativas;
- Cursos de geração de emprego e renda;
- Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal;
- Acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família;
- Trabalho intersetorial com a rede de proteção do município.

Todas essas atividades são desenvolvidas por uma equipe de referência da proteção Social Básica que são formadas por técnicos de nível superior e nível médio, responsáveis pela organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica do município.

As atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social através do CRAS de Floresta do Piauí -PI, no ano de 2025, tiveram como objetivo fortalecer e desenvolver vínculos familiares e comunitários, mediante a implantação e implementação das políticas públicas, com o propósito de promover a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilitando o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

Segue abaixo o quantitativo dos atendimentos realizados e de benefícios concedidos no ano de 2025 pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do município de Floresta do Piauí através do Centro de Referência de Assistência social – CRAS, assim como também os atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar:

QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CRAS NO ANO DE 2025:

- Atendimentos particularizados realizados no setor do Psicossocial: **398**
- Atendimentos particularizados realizados no setor do Cadastro Único: **640**, sendo:
 - Atualizações: **259**
 - Exclusão: **04**
 - Informações: **224**
 - Folha Resumo: **44**
 - Cadastro novo: **09**
 - Solicitação número do NIS: **28**
 - Inclusão de pessoas: **10**
 - Transferência: **02**
 - Desbloqueio de cartão: **59**
 - Desligamento voluntário: **01**

Benefícios eventuais concedidos:

Cesta Básica: **72** unidades Benefício

Natalidade: **25** enxovais

Benefício Funerário: **05** urnas funerárias

CONSELHO TUTELAR

- Total de atendimentos do Conselho Tutelar no ano de 2025: **131**
- Acompanhamentos novos: **43**
- Acompanhamentos reincidentes: **88**

Dos casos citados acima, podemos destacar que durante o ano de 2025, houve atendimentos classificados em:

- Casos classificados vulnerabilidade em saúde mental: **11**
- Casos classificados por diversas tipologias de violência: **131**
- Casos classificados por evasão escolar: **09**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria Municipal Assistência Social, procura desenvolver ações concretas e consistentes para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, os serviços de largo alcance social, objetivando a emancipação e a melhoria da qualidade de vida de famílias e indivíduos, contribuem de forma significativa no resgate da cidadania e da autoestima dos usuários. Sendo assim, a SEMAS é responsável por consolidar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município, de forma a viabilizar direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social.

A produção e a análise dos dados disponibilizados neste relatório têm como fonte documentos institucionais, das atividades desenvolvidas durante o

ano de 2025. Vale destacar que os recursos enviados por meio da Secretaria Estadual de Assistência Social que são direcionados ao cofinanciamento de benefícios eventuais para a população em situação de vulnerabilidade se torna insuficiente, onde a gestão municipal visando manter esses serviços, custeia por meio de recursos próprios cestas básicas, enxovais e urnas funerárias para a população em situação de extrema pobreza, sendo necessário uma maior contrapartida por parte do Governo do estado no cofinanciamento dos recursos.

A gestão, através da Secretaria Municipal Assistência Social, busca cada vez mais desenvolver um trabalho de forma contínua com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais no município.

Carlos Rafael de Moura e Silva
Secretário Municipal de Assistência Social

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: PIAUI
MUNICÍPIO: FLORESTA DO PIAUI

Relatório Anual de Gestão 2025

JOELSON DA COSTA TORRES
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação por local de residência
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PI
Município	FLORESTA DO PIAUÍ
Região de Saúde	Vale do Canindé
Área	206,14 Km²
População	2.354 Hab
Densidade Populacional	12 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/03/2026

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Número CNES	4860063
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	01753843000121
Endereço	AVENIDA SAO JOSE DE ANCHIETA S/N
Email	smsflorestapi@saude.pi.gov.br
Telefone	(89) 3462-0003

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/03/2026

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	CLAUDIONOR URBANO DE OLIVEIRA
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	JOELSON DA COSTA TORRES
E-mail secretário(a)	folha@acessomunicipal.com
Telefone secretário(a)	8632186648

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 17/03/2026

Período de referência: 01/09/2025 - 31/12/2025

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	01/2000
CNPJ	01.753.843/0001-21
Natureza Jurídica	ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	JOELSON DA COSTA TORRES

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 17/03/2026

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 11/05/2025

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Vale do Canindé

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
BELA VISTA DO PIAUÍ	312.361	4225	13,53
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	555.553	3135	5,64
CAMPINAS DO PIAUÍ	796.953	4964	6,23
COLÔNIA DO PIAUÍ	947.934	7067	7,46
CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	903.884	5078	5,62
FLORESTA DO PIAUÍ	206.144	2354	11,42
ISAÍAS COELHO	664.66	7867	11,84
OEIRAS	2719.536	39687	14,59
SANTA ROSA DO PIAUÍ	356.237	4666	13,10
SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	895.671	3682	4,11
SIMPLÍCIO MENDES	1398.952	14437	10,32
SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	842.453	5713	6,78
SÃO JOÃO DA VARJOTA	395.368	4430	11,20
TANQUE DO PIAUÍ	377.042	2319	6,15

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2025

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA RUFINO RAIMUNDO TORRES	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	FRANCIELLE DE MOURA MARTINS	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	1
	Governo	1
	Trabalhadores	4
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

• Considerações

O Município de Floresta do Piauí, no período correspondente a este Relatório de Gestão, informa que dispõe de uma Secretaria Municipal de Saúde estruturada, com gestão voltada à atenção básica, contando com Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF),

Equipe de Saúde Bucal (ESB), entre outros serviços que compõem a rede de atenção. O município possui os recursos tecnológicos essenciais para a prestação dos serviços de saúde, além de Fundo Municipal de Saúde ativo e Conselho Municipal de Saúde devidamente instituído, com composição paritária e atuação no acompanhamento das ações.

A gestão municipal tem priorizado o planejamento e a organização dos instrumentos de gestão, possibilitando a definição de metas, diretrizes e estratégias em conjunto com o Conselho de Saúde, buscando atender às necessidades da população.

Este relatório apresenta informações sobre a situação de saúde do município, incluindo dados de morbidade e mortalidade, indicadores de saúde, produção de serviços e assistência ofertada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de programas, ações e políticas públicas executadas pela Secretaria Municipal de Saúde no período vigente.

Dessa forma, declara-se que as informações apresentadas refletem a realidade da gestão municipal e estão em conformidade com os registros oficiais.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2025 constitui um instrumento essencial de planejamento e avaliação, permitindo ao gestor público demonstrar as ações desenvolvidas ao longo do período, bem como os resultados obtidos a partir da execução da Programação Anual de Saúde (PAS). Além disso, orienta possíveis ajustes e readequações necessários ao Plano Municipal de Saúde.

O RAG 2025 contempla, de forma sistematizada, as diretrizes, objetivos, metas e indicadores previstos no Plano de Saúde; o acompanhamento das metas estabelecidas na PAS, evidenciando aquelas executadas; a análise da execução orçamentária e financeira; bem como os resultados de auditorias e recomendações pertinentes, incluindo eventuais redirecionamentos estratégicos.

Este relatório está em conformidade com as exigências da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e baseia-se em informações provenientes dos sistemas oficiais de saúde, tais como CNES, SIH, SISAB e SIOPS, assegurando a fidedignidade dos dados apresentados.

Destaca-se que a gestão municipal da saúde atua com transparência e compromisso, buscando constantemente o aprimoramento dos serviços ofertados à população. A Secretaria Municipal de Saúde mantém uma estrutura organizacional voltada à atenção primária, contando com Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipes multiprofissionais e demais serviços que integram a rede de atenção, dispondo ainda dos recursos tecnológicos necessários ao atendimento das demandas locais. Dessa forma, reafirma-se que as informações apresentadas neste relatório refletem de maneira consistente a realidade da gestão municipal de saúde no exercício de 2025, evidenciando o compromisso com a melhoria contínua da assistência prestada à população.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2025

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	56	51	107
5 a 9 anos	62	61	123
10 a 14 anos	63	66	129
15 a 19 anos	83	65	148
20 a 29 anos	169	138	307
30 a 39 anos	143	152	295
40 a 49 anos	160	178	338
50 a 59 anos	163	182	345
60 a 69 anos	132	143	275
70 a 79 anos	90	101	191
80 anos e mais	47	49	96
Total	1.168	1.186	2.354

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 17/03/2026.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2021	2022	2023	2024
FLORESTA DO PIAUI	25	21	22	22

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 17/03/2026.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9	13	7	12	4
II. Neoplasias (tumores)	5	8	8	10	7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	3	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	1	1	2	1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	1	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	2	1	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-

IX. Doenças do aparelho circulatório	9	10	11	9	9
X. Doenças do aparelho respiratório	5	7	7	14	10
XI. Doenças do aparelho digestivo	23	21	34	25	27
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	3	5	2
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	3	2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	5	10	12	14	8
XV. Gravidez parto e puerpério	25	21	25	23	29
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2	4	2	4	1
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	1	3	2	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	1	1	1	2
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	7	17	12	10	19
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	1	-	5
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	93	114	133	135	127

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 17/03/2026.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	1	-	2
II. Neoplasias (tumores)	4	3	2	7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	-	1	3
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	1	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	2	1	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	6	6	6	10
X. Doenças do aparelho respiratório	-	2	4	2
XI. Doenças do aparelho digestivo	2	3	1	1
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	1
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	2	-	-	2

XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1	1	2	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	17	19	17	28

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 17/03/2026.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Observa-se que o número de nascidos vivos no município de Floresta do Piauí apresentou relativa estabilidade no período analisado, com pequena variação entre os anos, indicando manutenção do perfil demográfico local, sem alterações significativas na taxa de natalidade.

Em relação à morbidade hospitalar, verifica-se maior concentração de internações nos grupos de doenças infecciosas e parasitárias e neoplasias, evidenciando a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento contínuo, especialmente na Atenção Primária à Saúde. Também se destacam, em menor proporção, as doenças endócrinas e metabólicas, o que reforça a importância do monitoramento de condições crônicas como diabetes e hipertensão.

Quanto à mortalidade, observa-se predominância das doenças do aparelho circulatório como principal causa de óbitos, seguidas por neoplasias e, em alguns períodos, doenças infecciosas. Esse cenário aponta para a necessidade de intensificação das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e controle dos fatores de risco, como sedentarismo, alimentação inadequada e doenças crônicas não transmissíveis.

Dessa forma, os dados evidenciam a importância do fortalecimento da Atenção Primária, ampliação das ações de vigilância em saúde e qualificação da assistência, visando à redução das internações evitáveis e melhoria dos indicadores de saúde da população.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	25.252
Atendimento Individual	8.967
Procedimento	12.373
Atendimento Odontológico	2.196

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	-	-	-	-
03 Procedimentos clinicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirurgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	-	-	-	-
09	-	-	-	-
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 17/03/2026.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	66	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	-	-	-	-

03 Procedimentos clínicos	196	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, próteses e materiais especiais	249	56.025,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	511	56.025,00	-	-

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 17/03/2026.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	66	-
Total	66	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 17/03/2026.

• Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

1. Atenção Básica (Produção SISAB)

Este setor apresenta a maior capilaridade e volume de atendimentos, com foco na prevenção e acompanhamento direto na comunidade.

* Visitas Domiciliares: É o serviço mais expressivo, com 25.252 registros, indicando uma forte atuação das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) no território.

* Atendimentos Individuais e Procedimentos: Somam quase 21.340 ocorrências, demonstrando uma demanda sólida por consultas clínicas e pequenas intervenções básicas.

* Saúde Bucal: Foram realizados 2.196 atendimentos odontológicos, um número relevante, mas proporcionalmente menor em relação às visitas domiciliares.

2. Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar (SIA/SIH)

A produção neste nível é mais pontual e de maior complexidade tecnológica ou de custo.

* Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME): Destaca-se como o grupo de maior impacto financeiro aprovado no período analisado, totalizando R\$ 56.025,00 para 249 itens.

* Procedimentos Clínicos: Apresentam uma produção de 196 unidades aprovadas no sistema ambulatorial.

* Promoção e Prevenção: Foram registradas 66 ações, o que sugere um foco complementar às ações da atenção básica.

3. Atendimento de Urgência

* Vazio Assistencial no Registro: A tabela referente ao "Caráter de Atendimento: Urgência" (Imagem 2) aparece sem dados preenchidos (com hífen).

* Consideração: Isso pode indicar um atraso na alimentação do sistema (como alertado no aviso do DGMP) ou que, no período específico

consultado, não houve processamento de faturas para esse caráter de atendimento.

Considerações Finais

A análise indica que a rede de saúde possui uma base sólida de visitas e monitoramento domiciliar, o que é essencial para o controle de doenças crônicas e promoção da saúde. No entanto, o peso financeiro concentra-se na média complexidade (OPME).

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	1	1
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	2	2
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	1	1
Total	0	0	7	7

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/03/2026.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	7	0	0	7
Total	7	0	0	7

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/03/2026.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

• Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

1. Quantidade e Perfil dos Estabelecimentos

Conforme a tabela de Natureza Jurídica, a rede é composta por um total de 7 estabelecimentos de saúde.

Esfere Administrativa: 100% dos estabelecimentos (7 unidades) estão sob administração direta do Órgão Público do Poder Executivo Municipal.

Gestão: Não há registros de estabelecimentos sob gestão Estadual ou de Dupla gestão, reforçando a centralização da responsabilidade sanitária no âmbito municipal.

2. Tipologia da Rede Física

Apesar do total de 7 estabelecimentos indicados na segunda tabela, a primeira imagem (Rede física por tipo) mostra contagem "0" para as categorias listadas (Posto de Saúde, Unidade Básica, etc.). Isso sugere duas possibilidades técnicas:

Os 7 estabelecimentos registrados podem pertencer a categorias não listadas naquele recorte da tela (como sedes administrativas ou unidades especializadas).

Pode haver uma inconsistência de preenchimento ou atualização entre as abas do sistema CNES no momento da extração.

3. Consórcios e Integração

Consórcios de Saúde: O ente não está vinculado a nenhum consórcio público de saúde. Isso indica que a gestão das unidades e possivelmente a regulação de serviços ocorrem de forma isolada, sem o compartilhamento de recursos via consórcios intermunicipais.

Considerações Finais

A estrutura apresenta uma rede exclusivamente municipal e de administração pública direta. A ausência de unidades registradas como "Centro de Saúde/Unidade Básica" na primeira tabela, em contraste com as 7 unidades totais, merece uma verificação interna para identificar se esses estabelecimentos estão classificados sob outras tipologias (como consultórios isolados ou unidades de apoio logístico).

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2025

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Bolsistas (07)	1	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	0	0	4	6

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	2	6	12	14	2

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/03/2026.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2021	2022	2023	2024	
Pública (NJ grupo 1)	Bolsistas (07)	0	0	1	1	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	9	10	11	11	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2021	2022	2023	2024	
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	20	19	15	31	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/03/2026.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

1. Composição da Força de Trabalho (Dez/2025)

Atualmente, o quadro de profissionais é predominantemente composto por contratos temporários e cargos em comissão, superando significativamente o número de estatutários.

Vínculos Temporários/Comissão: Somam 36 profissionais, com destaque para CBOs de nível médio (14) e nível superior (12).

Vínculos Estatutários/Efetivos: Somam apenas 10 profissionais (4 de nível médio e 6 ACS), sem presença de médicos ou enfermeiros nesta categoria.

Médicos e Enfermeiros: O atendimento é quase totalmente dependente de contratos temporários (2 médicos e 6 enfermeiros).

2. Evolução Histórica (2021-2024)

A série histórica revela uma mudança na estratégia de contratação ao longo dos anos:

Estabilidade nos Estatutários: O número de servidores públicos efetivos cresceu levemente de 9 (2021) para 11 (2024), mantendo-se estável.

Volatilidade nos Temporários: Houve uma queda entre 2021 (20 postos) e 2023 (15 postos), seguida de um aumento expressivo em 2024, saltando para 31 postos.

Bolsistas: Inserção recente e tímida no quadro, com apenas 1 profissional registrado a partir de 2023.

3. Considerações Críticas

Precarização do Vínculo: Há uma dependência elevada (mais de 75% do total em 2025) de vínculos precários (temporários/comissão), o que pode gerar rotatividade e dificultar a continuidade da assistência.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantia do acesso da população a serviços públicos de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, de modo a considerar os determinantes sociais, aprimorando a política de atenção básica e a consolidação das redes regionalizadas de atenção integral às pessoas no território.

OBJETIVO Nº 1.1 - Ampliar Ações de Promoção e Prevenção à Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar Campanhas Educativas Conforme Calendário Anual da Saúde	Número Absoluto de Campanhas Educativas realizadas.	Número	2021	1	3	3	Número	3,00	100,00
Ação Nº 1 - Retornar as atividades educativas de promoção da saúde seguindo calendário nacional da saúde									
2. Cobertura de Acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Percentual	2021	96,71	98,00	95,00	Percentual	97,82	102,97
Ação Nº 1 - Realizar políticas Inter setoriais e Intensificar as visitas domiciliares dos ACS para o acompanhamento 1 vez por semestre									
3. Manter o programa de Alimentação saudável e Nutricional e NutriSUS	Número absoluto de programas de alimentação saudável mantidos.	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - disponibilizar os micronutrientes para as crianças utilizando as escolas como parceira									

OBJETIVO Nº 1.2 - Fortalecer a Atenção Primária, com Ênfase no ESF, propiciando ampliação do acesso, visando melhoria.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Cobertura populacional estimada pelas Equipes Saúde da Família.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Otimização dos cadastros das famílias para garantir o vínculo e assim uma cobertura assistencial efetiva									
Ação Nº 2 - Identificar e priorizar áreas estratégicas para aplicação dos recursos recebidos de emendas parlamentares.									
Ação Nº 3 - Elaborar projetos e planos de trabalho para execução eficiente dos recursos recebidos de emendas parlamentares.									
Ação Nº 4 - Garantir o cumprimento das normativas federais na aplicação dos recursos das emendas.									
Ação Nº 5 - Promover transparência e participação social na gestão dos recursos									
Ação Nº 6 - Monitorar e avaliar impactos das emendas na rede de saúde municipal.									
2. Reformar Unidades Básicas de Saúde	Número Absoluto de reformas	Número	2021	1	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Reformar conforme necessidade.									

OBJETIVO Nº 1.3 - Fortalecer a Linha de Cuidado em Saúde Bucal, ampliando oferta de atendimento.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na atenção básica.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Assegurar aos usuários de forma ampla e humanizada o acesso aos serviços de saúde bucal									
2. Manter Laboratório de Próteses Dentaria implantado.	Número Absoluto de Laboratório de próteses dentárias implantados	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir o funcionamento básico do laboratório de próteses dentaria, ampliando o acesso a todos os usuários									
3. Aumentar 14 % ao percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Percentual	2021	4,00	14,00	10,00	Percentual	10,00	100,00
Ação Nº 1 - Desenvolver dentro das escolas ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal, utilizando a escovação supervisionada									
4. Realizar atendimento odontológico em todas às gestantes no curso do pré-natal na APS.	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	Proporção	2021	75,00	100,00	95,00	Proporção	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Garantir com qualidade o acesso a todas as gestantes o atendimento odontológico em tempo oportuno									
OBJETIVO Nº 1.4 - Ampliar as ações de prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de mama e colo do útero.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar Exames Citopatológicos do colo do útero em Mulheres de 25 a 64 anos na população residente	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	2021	0,01	0,60	0,60	Proporção	0,50	83,33
Ação Nº 1 - Realizar levantamento das mulheres na idade preconizada e efetuar campanha educativa e mutirões coletando amostras e conscientizando as mulheres									
2. Realizar exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 60 anos na população residente.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	2021	0,01	0,50	0,50	Razão	0,50	100,00
Ação Nº 1 - Realizar campanha educativa, OUTUBRO ROSA, objetivando a conscientização da mulheres e disponibilizar os exames mamográficos para as mulheres da faixa etária.									
OBJETIVO Nº 1.5 - Qualificar e Organizar a Linha de Cuidado a Saúde Materna e Infantil, garantindo acesso, acolhimento e resolutividade.									

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a redução do número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número	2021	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Continuar com medidas de promoção da saúde para as mulheres em idade fértil e no período gestacional									
2. Reduzir a mortalidade Infantil.	Número de óbitos infantis ocorridos no período.	Número	2021	1	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Garantir qualidade do pré-natal e assegurar as referências regionais									
3. Ampliar proporção de Parto Normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar.	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	Proporção	2021	68,00	30,00	30,00	Proporção	11,00	36,67
Ação Nº 1 - fortalecer a sensibilização das gestantes durante os pré-natais sobre a importância do parto normal									
4. Reduzir proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Proporção	2021	28,00	15,00	16,00	Proporção	3,00	18,75
Ação Nº 1 - Realizar nas escolas e comunidades medidas preventivas de gravidez na adolescência									
5. Aumentar para 90% a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 7 consultas de pré-natal.	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	Proporção	2021	80,00	90,00	95,00	Proporção	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementar o controle de agendamento do pré-natal e busca das gestantes faltosas									
6. Aumentar para 90% acesso ao teste rápido de sífilis das gestantes usuárias do SUS.	Percentual de gestantes usuárias do SUS que realizaram teste rápido para a sífilis.	Percentual	2021	80,00	90,00	95,00	Percentual	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Disponibilizar testes rápidos em 02 trimestres, fazendo o acompanhamento dos resultados em tempo oportuno									
7. Aumentar para 90% acesso ao teste rápido de HIV das gestantes usuárias do SUS.	Percentual de gestantes usuárias do SUS que realizaram teste rápido para a HIV.	Percentual	2021	80,00	90,00	95,00	Percentual	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Disponibilizar testes rápidos em 02 trimestres, fazendo o acompanhamento dos resultados em tempo oportuno									
OBJETIVO Nº 1.6 - Ampliar o acesso à Linha de Cuidado em Saúde Mental, de forma articulada com demais pontos.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar a Linha de Cuidado nas unidades de Atenção Básica.	Número Absoluto de linhas de cuidado na AB implantado	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Arquitetar com todas as equipes o desenvolvimento de linhas e protocolos de cuidados em todos os programas e grupos de risco e vulnerabilidades									
OBJETIVO Nº 1.7 - Fortalecer a Linha de Cuidado a pessoa com deficiência.									

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar a Estratificação de Risco da Linha de Cuidado.	Percentual de estratificação de risco e linha de cuidado implantado.	Percentual	2021	0,00	100,00	80,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Desenvolver a linhas de cuidados para os portadores de deficiência, utilizando o manual do MS.									
OBJETIVO Nº 1.8 - Fortalecer a Linha de Cuidado ao Idoso.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar à Estratificação de Risco de atenção ao idoso.	Percentual de Estratificação de risco realizado.	Percentual	2021	70,00	100,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Desenvolver a linhas de cuidados para os idosos, utilizando o manual do MS.									
OBJETIVO Nº 1.9 - Qualificar o cuidado à Criança e ao Adolescente.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Retomar as ações do Programa Saúde na Escola.	Proporção de ações do Programa Saúde na Escola executadas.	Proporção	2021	0,00	85,00	85,00	Proporção	85,00	100,00
Ação Nº 1 - Executar o planejamento de todas as ações do PSE em todas as escolas utilizando todas as ESF									
2. Manter reduzido o número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	Número Absoluto de novos casos de sífilis em menores de um ano de idade.	Número	2021	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Qualificar as consultas de pré-natal, disponibilizar testes rápidos de sífilis em 02 trimestres e acompanhar os resultados em tempo oportuno, além de tratar ainda no pré-natal quando for acometida.									
3. Manter reduzido o número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Número	2021	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Qualificar as consultas de pré-natal, disponibilizar testes rápidos de HIV em 02 trimestres e acompanhar os resultados em tempo oportuno, além de ofertar o tratamento ainda no pré-natal quando for acometida.									
OBJETIVO Nº 1.10 - Fortalecer a Assistência Farmacêutica, Garantindo Medicamento da Atenção Básica.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Estruturar as farmácias básicas das UBS.	Número de farmácias básicas estruturadas.	Número	2021	1	2	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Estruturar conforme planejamento.									

2. Disponibilizar todos os medicamentos padronizados na RENAME.	Percentual de medicamentos padronizados RENAME disponibilizados.	Percentual	2021	70,00	100,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar o planejamento baseado na necessidade da população e assegurar a aquisição das medicações básicas									

DIRETRIZ Nº 2 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio da qualificação das ações de vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecer ações da Vigilância Epidemiológica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Alcançar coberturas vacinais (CV) de 95% do calendário Básico de Vacinação da Criança.	Percentual de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança com coberturas vacinais alcançadas.	Percentual	2021	75,00	95,00	95,00	Percentual	50,00	52,63
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa dos faltosos e atualizar o calendário vacinal									
2. Encerrar os casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Percentual	2021	50,00	80,00	100,00	Percentual	50,00	50,00
Ação Nº 1 - Supervisionar semanalmente todas as notificações para otimizar adequadamente o registro no SINAN									
3. Manter a Proporção de cura nos coortes de casos novos de hanseníase.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Proporção	2021	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Qualificar os profissionais da atenção básica na identificação da enfermidade e realizar atividades educativas com o objetivo de incentivar o início precoce do tratamento e aumentar a captação dos casos novos, para promover a cura de 100% dos casos de hanseníase.r									
4. Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção	2021	90,00	95,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover a captação dos comunicantes para a realização do processo de controle e prevenção da doença e realizar a visita domiciliar aos faltosos									
5. Investigar os óbitos maternos.	Percentual de investigação de óbitos maternos	Percentual	2021	95,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Ampliar a vigilância das ESF durante a investigação de óbitos de mulheres em idade fértil e materno									
6. Investigar óbitos infantis e fetais.	Percentual de investigação de óbitos infantis e fetais.	Percentual	2021	95,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Monitorar semanalmente através das equipes os casos de óbitos infantis e fetais, para investigar em tempo hábil.									

7. Reduzir o número de Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) por ano pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças de aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Número Absoluto de redução de Mortalidade prematura.	Número	2021	7	4	3	Número	0	0
--	--	--------	------	---	---	---	--------	---	---

Ação Nº 1 - Assegurar a qualificação das ações da APS para o atendimento integral a população idosa com o objetivo de promover a redução de mortalidade prematura

OBJETIVO Nº 2.2 - Desenvolver ações de prevenção e combate à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter o Plano de Contingência atualizado e funcional para enfrentamento da Covid-19.	Nº de atualizações do Plano para enfrentamento da Covid-19 realizados.	Número	2021	1	1	1	Número	0	0

Ação Nº 1 - Realizar mensalmente uma reunião técnica com as equipes de saúde e vigilâncias com o objetivo de analisar e atualizar o plano de contingência da covid

2. Realizar ações preventivas não farmacológicas de combate ao coronavírus.	Número de Medidas não-farmacológicas de combate ao coronavírus	Número	2021	12	18	1	Número	0	0
---	--	--------	------	----	----	---	--------	---	---

Ação Nº 1 - Divulgação e execução de higienização das mãos, etiqueta respiratória, uso de máscaras em serviços de saúde, uso de máscaras na população em geral

3. Capacitar os trabalhadores do SUS para as estratégias de ação durante a pandemia e pós-pandemia.	Número de capacitações realizadas	Número	2021	2	6	1	Número	0	0
---	-----------------------------------	--------	------	---	---	---	--------	---	---

Ação Nº 1 - Executar conforme planejado capacitação para os profissionais de saúde para abordagem durante e pós pandemia

OBJETIVO Nº 2.3 - Fortalecer ações da Vigilância Sanitária, Ambiental e Trabalhador.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano	Proporção	2021	70,00	80,00	100,00	Proporção	80,00	80,00

Ação Nº 1 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental para a promoção da saúde e controle da qualidade da água

2. Ampliar o número de ciclos que atinjam o mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Número Absoluto de visitas realizadas por agente de endemias.	Número	2021	2	6	6	Número	6,00	100,00
---	---	--------	------	---	---	---	--------	------	--------

Ação Nº 1 - Disseminar todas as informações a cerca das três patologias transmitidas pelo aedes aegypti e Intensificar as ações de promoção e prevenção de combate

3. Realizar o preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual de preenchimento das notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
---	---	------------	------	--------	--------	--------	------------	--------	--------

Ação Nº 1 - Implementar prática de notificações de agravos relacionadas ao trabalho dentro da APS

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecimento da Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde.

OBJETIVO Nº 3.1 - Fortalecer a Educação Permanente, adotando gestão participativa, monitorando e avaliando o efetivo cumprimento dos objetivos e metas.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Disponibilizar Curso/Capacitações, de aperfeiçoamento em diversas áreas da Secretaria de Saúde.	Número Absoluto de cursos disponibilizados.	Número	2021	2	6	5	Número	3,00	60,00
Ação Nº 1 - Incluir no calendário todas as capacitações planejadas para o ano e executá-las.									
2. Criar Protocolos de Atendimento nos diversos setores da saúde.	Número Absoluto de protocolos de atendimento criados.	Número	2021	0	5	2	Número	1,00	50,00
Ação Nº 1 - Desenvolver com a equipe de saúde e equipe técnica protocolos de todas linhas de cuidado na APS									

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecimento do Controle Social do SUS.

OBJETIVO Nº 4.1 - Fortalecer e melhorar a qualificação dos Conselheiros de Saúde estabelecendo um canal de comunicação da SMS e CMS com a população, garantindo transparência e participação social.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar Conferência Municipal de Saúde no quadriênio.	Número Absoluto de conferências realizado.	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Executar esse ano a realização da conferência de saúde									
2. Realizar Treinamentos para os Conselheiros de Saúde.	Número Absoluto de treinamentos realizados para conselheiros.	Número	2021	0	4	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Executar de forma planejada capacitações para todos os conselheiros de saúde.									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Realizar Campanhas Educativas Conforme Calendário Anual da Saúde	3	3
	Realizar Conferência Municipal de Saúde no quadriênio.	1	1
	Disponibilizar Curso/Capacitações, de aperfeiçoamento em diversas áreas da Secretaria de Saúde.	5	3

	Manter o Plano de Contingência atualizado e funcional para enfrentamento da Covid-19.	1	0
	Estruturar as farmácias básicas das UBS.	1	1
	Retomar as ações do Programa Saúde na Escola.	85,00	85,00
	Ampliar à Estratificação de Risco de atenção ao idoso.	80,00	80,00
	Implantar a Estratificação de Risco da Linha de Cuidado.	80,00	0,00
	Implantar a Linha de Cuidado nas unidades de Atenção Básica.	1	0
	Cobertura populacional estimada pelas Equipes Saúde da Família.	100,00	100,00
	Cobertura de Acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	95,00	97,82
	Realizar Treinamentos para os Conselheiros de Saúde.	1	0
	Criar Protocolos de Atendimento nos diversos setores da saúde.	2	1
	Reformar Unidades Básicas de Saúde	1	0
	Manter Laboratório de Próteses Dentaria implantado.	1	1
	Realizar exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 60 anos na população residente.	0,50	0,50
	Disponibilizar todos os medicamentos padronizados na RENAME.	80,00	80,00
	Capacitar os trabalhadores do SUS para as estratégias de ação durante a pandemia e pós-pandemia.	1	0
301 - Atenção Básica	Realizar Campanhas Educativas Conforme Calendário Anual da Saúde	3	3
	Alcançar coberturas vacinais (CV) de 95% do calendário Básico de Vacinação da Criança.	95,00	50,00
	Retomar as ações do Programa Saúde na Escola.	85,00	85,00
	Manter a redução do número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	0	0
	Realizar Exames Citopatológicos do colo do útero em Mulheres de 25 a 64 anos na população residente	0,60	0,50
	Cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na atenção básica.	100,00	100,00
	Cobertura populacional estimada pelas Equipes Saúde da Família.	100,00	100,00
	Cobertura de Acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	95,00	97,82
	Criar Protocolos de Atendimento nos diversos setores da saúde.	2	1
	Realizar ações preventivas não farmacológicas de combate ao coronavírus.	1	0
	Encerrar os casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	100,00	50,00
	Manter reduzido o número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	0	0
	Reduzir a mortalidade Infantil.	0	0
	Manter Laboratório de Próteses Dentaria implantado.	1	1
	Manter o programa de Alimentação saudável e Nutricional e NutriSUS	1	1
	Realizar o preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
	Manter a Proporção de cura nos coortes de casos novos de hanseníase.	100,00	100,00
	Manter reduzido o número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0	0
	Ampliar proporção de Parto Normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar.	30,00	11,00
	Aumentar 14 % ao percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	10,00	10,00

	Realizar atendimento odontológico em todas às gestantes no curso do pré-natal na APS.	95,00	100,00
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	100,00	100,00
	Reduzir proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	16,00	3,00
	Aumentar para 90% a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 7 consultas de pré-natal.	95,00	95,00
	Investigar os óbitos maternos.	100,00	100,00
	Aumentar para 90% acesso ao teste rápido de sífilis das gestantes usuárias do SUS.	95,00	95,00
	Investigar óbitos infantis e fetais.	100,00	100,00
	Aumentar para 90% acesso ao teste rápido de HIV das gestantes usuárias do SUS.	95,00	95,00
	Reduzir o número de Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) por ano pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças de aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	3	0
305 - Vigilância Epidemiológica	Realizar Campanhas Educativas Conforme Calendário Anual da Saúde	3	3
	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	100,00	80,00
	Manter o Plano de Contingência atualizado e funcional para enfrentamento da Covid-19.	1	0
	Encerrar os casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	100,00	50,00
	Ampliar o número de ciclos que atinjam o mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	6	6
	Investigar os óbitos maternos.	100,00	100,00
	Investigar óbitos infantis e fetais.	100,00	100,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	4.235.630,14	309.854,60	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.545.484,74
	Capital	N/A	4.235.630,14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.235.630,14
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	N/A	6.938.016,86	1.354.400,00	28.050,00	N/A	N/A	N/A	8.320.466,86
	Capital	N/A	N/A	1.656.103,22	349.500,00	200.412,17	N/A	N/A	N/A	2.206.015,39
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	4.326,41	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.326,41
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	26.334,67	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	26.334,67
	Capital	N/A	N/A	2.200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.200,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 17/03/2026.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

O relatório demonstra um desempenho majoritariamente positivo, com diversas áreas atingindo ou superando 100% das metas estabelecidas, mas com gargalos específicos em infraestrutura e vigilância.

1. Pontos de Excelência (Metas ≥ 100%)

Promoção e Prevenção: Campanhas educativas e programas de alimentação saudável (NutriSUS) atingiram 100% de execução.

Saúde Bucal: Destaque para a cobertura populacional e próteses dentárias, mantendo o fluxo de atendimento pleno.

Atenção Básica: A cobertura estimada pelas equipes de saúde da família e o acompanhamento do Bolsa Família superaram as expectativas (102,97%).

Saúde do Idoso: A estratificação de risco alcançou 100% da meta de 80% proposta para o ano.

2. Áreas de Atenção e Alerta

Mortalidade Materno-Infantil: Embora o monitoramento esteja ativo, os indicadores de redução de óbitos e redução de gravidez na adolescência registram 0,00% de alcance da meta anual em alguns quadros, o que sugere a necessidade de reforçar as ações preventivas e o pré-natal (que está em 18,75% da meta de redução).

Vacinação: A cobertura vacinal (CV) de 95% atingiu apenas 52,63% do esperado (resultado de 50,00), indicando uma queda preocupante na imunização básica.

Infraestrutura: A meta de reformar Unidades Básicas de Saúde não saiu do papel (0,00%), o que pode comprometer a qualidade do atendimento a longo prazo.

3. Gestão e Controle Social

Capacitação: O incentivo à educação permanente e criação de protocolos ficou abaixo do esperado (entre 50% e 60%).

Participação Popular: A realização de Conferências Municipais de Saúde foi plenamente atendida (100%), garantindo a transparência e o controle social.

Considerações Estratégicas

Priorizar a Vacinação: É urgente implementar a "Busca Ativa" citada no plano para elevar os índices de cobertura vacinal, que estão em patamares críticos.

Foco na Saúde da Mulher: Intensificar o rastreamento de câncer de colo de útero (atualmente em 83,33%) e o acompanhamento de gestantes para reduzir a mortalidade e a gravidez precoce.

Execução de Obras: Reavaliar o cronograma de reformas das UBS para que o recurso financeiro seja convertido em melhoria física para a população.

Vigilância em Saúde: Fortalecer o controle de endemias (Dengue), que embora tenha cumprido ciclos de visita, depende da manutenção constante da cobertura de imóveis.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.

Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 17/03/2026.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo FNS/SE/MS.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL	
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	3.101.414,67	2.037.981,63	86.829,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.226.225,55
	Capital	0,00	0,00	7.599,60	0,00	101.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.099,60
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	0,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	5.598,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.598,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	389.221,63	310.876,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.098,27
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	3.496.234,30	2.360.257,87	86.829,25	101.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.044.821,42

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 10/03/2026.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	3,68 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	95,36 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	13,47 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	95,78 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	14,65 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	56,41 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 2.567,89
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	23,21 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	3,99 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	15,66 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,80 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %

3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	75,55 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	17,52 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 10/03/2026.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.513.922,25	2.513.922,25	1.300.076,46	51,72
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	239.307,18	239.307,18	200,00	0,08
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	155.000,00	155.000,00	1.072,77	0,69
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.319.615,07	1.319.615,07	843.723,06	63,94
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	800.000,00	800.000,00	455.080,63	56,89
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.110.018,86	20.110.018,86	18.654.277,84	92,76
Cota-Parte FPM	16.194.183,30	16.194.183,30	15.030.712,91	92,82
Cota-Parte ITR	200.000,00	200.000,00	705,37	0,35
Cota-Parte do IPVA	250.000,00	250.000,00	65.072,95	26,03
Cota-Parte do ICMS	3.355.835,56	3.355.835,56	3.557.665,20	106,01
Cota-Parte do IPI - Exportação	110.000,00	110.000,00	121,41	0,11
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	22.623.941,11	22.623.941,11	19.954.354,30	88,20

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.880.787,79	4.075.937,77	3.101.414,67	76,09	3.101.414,67	76,09	3.101.414,67	76,09	0,00
Despesas Correntes	3.589.720,01	3.792.869,99	3.101.414,67	81,77	3.101.414,67	81,77	3.101.414,67	81,77	0,00
Despesas de Capital	291.067,78	283.067,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	71.626,09	71.626,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	71.626,09	71.626,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	18.332,05	18.332,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	18.332,05	18.332,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	23.554,88	23.554,88	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	0,00
Despesas Correntes	23.554,88	23.554,88	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	5.598,00	23,77	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	631.676,04	777.676,04	389.221,63	50,05	389.221,63	50,05	389.221,63	50,05	0,00
Despesas Correntes	531.676,04	677.676,04	389.221,63	57,43	389.221,63	57,43	389.221,63	57,43	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.625.976,85	4.967.126,83	3.496.234,30	70,39	3.496.234,30	70,39	3.496.234,30	70,39	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.496.234,30	3.496.234,30	3.496.234,30
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.496.234,30	3.496.234,30	3.496.234,30
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.993.153,14
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	503.081,16	503.081,16	503.081,16
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	17,52	17,52	17,52
---	-------	-------	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	2.993.153,14	3.496.234,30	503.081,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	503.081,16
Empenhos de 2024	2.775.328,50	3.641.095,05	865.766,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	865.766,55
Empenhos de 2023	2.146.796,13	2.579.023,76	432.227,63	0,00	96.008,72	0,00	0,00	0,00	0,00	528.236,35
Empenhos de 2022	2.016.480,66	2.508.870,87	492.390,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.390,21
Empenhos de 2021	1.597.645,49	1.905.090,52	307.445,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.445,03
Empenhos de 2020	1.171.339,30	1.417.194,68	245.855,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.855,38
Empenhos de 2019	1.174.868,11	1.577.930,77	403.062,66	0,00	19.266,08	0,00	0,00	0,00	0,00	422.328,74
Empenhos de 2018	1.065.953,28	1.589.183,25	523.229,97	0,00	70.366,87	0,00	0,00	0,00	0,00	593.596,84
Empenhos de 2017	978.186,52	1.100.259,00	122.072,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.072,48
Empenhos de 2016	1.032.914,10	1.125.391,48	92.477,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.477,38
Empenhos de 2015	898.876,71	1.231.352,78	332.476,07	0,00	11.402,94	0,00	0,00	0,00	0,00	343.879,01

Empenhos de 2014	858.671,34	1.020.531,42	161.860,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.860,08
Empenhos de 2013	802.298,80	894.239,69	91.940,89	0,00	73.834,72	0,00	0,00	0,00	0,00	165.775,61

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r") **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) **0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	9.594.008,48	9.594.008,48	4.566.749,82	47,60
Provenientes da União	7.265.595,27	7.265.595,27	4.373.933,79	60,20
Provenientes dos Estados	2.328.413,21	2.328.413,21	192.816,03	8,28
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	9.594.008,48	9.594.008,48	4.566.749,82	47,60

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	8.920.320,56	8.436.820,56	2.233.910,48	26,48	2.233.910,48	26,48	2.233.910,48	26,48	0,00

Despesas Correntes	7.063.804,97	6.775.304,97	2.124.810,88	31,36	2.124.810,88	31,36	2.124.810,88	31,36	0,00
Despesas de Capital	1.856.515,59	1.661.515,59	109.099,60	6,57	109.099,60	6,57	109.099,60	6,57	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	4.326,41	4.326,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	4.326,41	4.326,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	75.151,57	80.151,57	3.800,00	4,74	3.800,00	4,74	3.800,00	4,74	0,00
Despesas Correntes	72.951,57	77.951,57	3.800,00	4,87	3.800,00	4,87	3.800,00	4,87	0,00
Despesas de Capital	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	304.326,41	244.326,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	304.326,41	244.326,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	309.854,60	409.854,60	310.876,64	75,85	310.876,64	75,85	310.876,64	75,85	0,00
Despesas Correntes	309.854,60	409.854,60	310.876,64	75,85	310.876,64	75,85	310.876,64	75,85	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	9.613.979,55	9.175.479,55	2.548.587,12	27,78	2.548.587,12	27,78	2.548.587,12	27,78	0,00
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	

ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	12.801.108,35	12.512.758,33	5.335.325,15	42,64	5.335.325,15	42,64	5.335.325,15	42,64	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	75.952,50	75.952,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	93.483,62	98.483,62	3.800,00	3,86	3.800,00	3,86	3.800,00	3,86	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	327.881,29	267.881,29	5.598,00	2,09	5.598,00	2,09	5.598,00	2,09	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	941.530,64	1.187.530,64	700.098,27	58,95	700.098,27	58,95	700.098,27	58,95	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	14.239.956,40	14.142.606,38	6.044.821,42	42,74	6.044.821,42	42,74	6.044.821,42	42,74	0,00
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	9.613.258,48	9.174.758,48	2.548.587,12	27,78	2.548.587,12	27,78	2.548.587,12	27,78	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	4.626.697,92	4.967.847,90	3.496.234,30	70,38	3.496.234,30	70,38	3.496.234,30	70,38	0,00

FONTE: SIOPS, Piauí27/02/26 18:55:34

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2025 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	1030151198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R\$ 81.600,00	81600,00

Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10122512100UW - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	R\$ 457.848,62	457848,62
	10301511900UC - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R\$ 230.736,00	230736,00
	103015119219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 1.525.028,72	1525028,7
	10301511921CE - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - NACIONAL	R\$ 344,35	344,35
	1030151192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 1.265.862,00	934243,40
	1030251188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 119.437,50	119437,50
	10303511720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 20.530,80	20530,80
	10303511720AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	R\$ 18.000,00	18000,00
	10304512320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 11.000,00	11000,00
	10305512300UB - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	R\$ 39.468,00	39468,00
	10305512320AL - APOIO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 19.450,13	19450,13
	10306513320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 38.546,78	38546,78

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

Ano Proposta	Identificadores				Valores			Monitoramento			
	Número da Proposta	Tipo Proposta	GND	Objeto	Valor Proposta	Valor Empenhado	Valor Desembolsado	Situação	Data de Finalização	Data Provável Finalização	Percentual Execução
2025	36000700170202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	365.751,00	365.751,00	365.751,00	Executado Parcialmente		Jul/26	37 %
2025	36000670738202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Não Iniciado		Jul/26	0 %
2025	36000670764202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Não Iniciado		Jul/26	0 %
2025	36000670797202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Não Iniciado		Jul/26	0 %
2025	36000710117202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	100.111,00	100.111,00	100.111,00	Não Iniciado		Jul/26	0 %

Fonte: InvestSUS - FNS

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Desempenho Financeiro e Cumprimento Legal

O município declarou compromisso com as obrigações constitucionais ao aplicar **17,52%** de suas receitas resultantes de impostos e transferências em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Esse percentual supera o mínimo de 15% exigido pela Lei Complementar nº 141/2012.

Dependência de Recursos Externos

Uma análise dos indicadores financeiros revela que Floresta do Piauí possui uma elevada dependência de recursos externos, com **95,36%** de sua receita total proveniente de transferências intergovernamentais. No âmbito da saúde, essa dependência é ainda mais importante, uma vez que as transferências da União representam **95,78%** do total de

recursos transferidos para a pasta no município.

Foco na Atenção Básica e Perfil de Gastos

A gestão priorizou a **Atenção Básica**, que absorveu a maior parte dos recursos, totalizando uma especificação realizada de **R\$ 5.335.325,15** (somando recursos próprios e transferidos). Outros dados relevantes sobre o perfil de gastos incluem:

Gasto por habitante: O município investiu, sob sua responsabilidade, **R\$ 2.567,89 por habitante**.

Despesas com Pessoal: Representaram **23,21%** da despesa total com saúde.

Investimentos: Foram destinados **1,80%** dos recursos para despesas de capital e investimentos.

Monitoramento de Emendas Parlamentares

Em relação às emendas parlamentares de 2025, os registros do InvestSUS apontam diversas propostas de **Incremento ao Piso da Atenção Primária** constam com o status de "Não Iniciado" ou "Executado Parcialmente" (como a proposta nº 36000700170202500). A gestão deve manter o monitoramento rigoroso dessas propostas para garantir a execução física e financeira integral dentro dos prazos previstos para 2026

Considerações sobre a Gestão

Os dados refletem um esforço contínuo da Secretaria Municipal de Saúde em manter a oferta de serviços, especialmente na Atenção Primária, apesar da alta dependência de transferências federais. A continuidade das ações planejadas na Programação Anual de Saúde (PAS) é fundamental para a manutenção dos indicadores de saúde e o equilíbrio fiscal da massa



10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 17/03/2026.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 17/03/2026.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

No ano 2025 não teve auditorias.

11. Análises e Considerações Gerais

Conclusão da Execução de Emendas Parlamentares: É prioritário monitorar e concluir a execução física e financeira das propostas de **Incremento ao Piso da Atenção Primária (PAP)** recebidas em 2025 . Diversas propostas (nº 36000670738202500, 36000670764202500, entre outras) constam com o status de "Não Iniciado" ou "Executado Parcialmente" , possuindo dados prováveis de finalização para **julho de 2026** .

Otimização dos Recursos de Custeio da Atenção Primária: A gestão deve empenhar esforços para a execução integral dos recursos de **Incremento Temporário ao Custeio** . Em 2025, restando um saldo a ser aplicado para o cumprimento total das metas planejadas.

Fortalecimento das Subfunções com Baixa Execução: Recomenda-se uma análise detalhada e o fortalecimento da execução orçamentária em áreas que envolvem comprometimento zero ou muito baixo em relação à dotação atualizada, tais como:

Suporte Profilático e Terapêutico: Teve dotação de R\$ 71.626,09, mas nenhuma despesa foi liquidada ou paga.

Vigilância Sanitária e Epidemiológica: Ambos os níveis de execução muito inferiores à dotação disponível (apenas 23,77% executados na Vigilância Epidemiológica)

Gestão da Dependência Financeira: Dado que **95,36% da receita total do município** advém de transferências intergovernamentais e que as transferências da União representam **95,78%** dos recursos da saúde, é eficiente manter um planejamento rigoroso para garantir a sustentabilidade dos serviços e o cumprimento do limite mínimo constitucional de 15% (que em 2025 foi de 17,52%)

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Conclusão da Execução de Emendas Parlamentares: É prioritário monitorar e concluir a execução física e financeira das propostas de **Incremento ao Piso da Atenção Primária (PAP)** recebidas em 2025 . Diversas propostas (nº 36000670738202500, 36000670764202500, entre outras) constam com o status de "Não Iniciado" ou "Executado Parcialmente" , possuindo dados prováveis de finalização para **julho de 2026** .

Otimização dos Recursos de Custeio da Atenção Primária: A gestão deve empenhar esforços para a execução integral dos recursos de **Incremento Temporário ao Custeio** . Em 2025, restando um saldo a ser aplicado para o cumprimento total das metas planejadas.

Fortalecimento das Subfunções com Baixa Execução: Recomenda-se uma análise detalhada e o fortalecimento da execução orçamentária em áreas que envolvem comprometimento zero ou muito baixo em relação à dotação atualizada, tais como:

Suporte Profilático e Terapêutico: Teve dotação de R\$ 71.626,09, mas nenhuma despesa foi liquidada ou paga.

Vigilância Sanitária e Epidemiológica: Ambos os níveis de execução muito inferiores à dotação disponível (apenas 23,77% executados na Vigilância Epidemiológica)

Gestão da Dependência Financeira: Dado que **95,36% da receita total do município** advém de transferências intergovernamentais e que as transferências da União representam **95,78%** dos recursos da saúde, é eficiente manter um planejamento rigoroso para garantir a sustentabilidade dos serviços e o cumprimento do limite mínimo constitucional de 15% (que em 2025 foi de 17,52%)

JOELSON DA COSTA TORRES
Secretário(a) de Saúde
FLORESTA DO PIAUÍ/PI, 2025

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:

Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Sem Parecer

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Sem Parecer

Status do Parecer: Em Elaboração

FLORESTA DO PIAUÍ/PI, 30 de Março de 2026

Conselho Municipal de Saúde de Floresta Do Piauí